

MILAGRES - CEARÁ

IMPRESSO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Lei Municipal Nº 1.165 de 30 de Novembro de 2011

18 de Março de 2021 - Ano X - Edição CDXIII

www.milagres.ce.gov.br

IMPRESSO OFICIAL DO MUNICÍPIO

MILAGRES - CEARÁ

18 DE MARÇO DE 2021 - ANO X - CDXIII



EQUIPE DE GOVERNO

PREFEITO MUNICIPAL

CICERO ALVES DE FIGUEIREDO

VICE-PREFEITO

ANDERSON EUGÊNIO DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

JOSÉ ISAEL DOS SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL

MANOEL DANTAS

PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

FELIPE NEVES FURTADO

CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

FELIPE JACÓ ALVES DE OLIVEIRA

OUVIDORIA PÚBLICA MUNICIPAL

ANNA APONÍSIA FÉLIX DOS SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JORGE SAMUEL LIMA GONÇALVES

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

FRANCISCA ROZIMAR ALVES BELÉM MORAIS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE

GEAN KARLO ALVES FEITOSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FRANCISCA SÔNIA MOREIRA DE FIGUEIREDO

SECRETRÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS

JOSÉ AILTON CRISÓSTOMO PEREIRA

SECRETÁRIA DE CULTURA, TURISMO E EVENTOS

LUCIA MACÊDO LANDIM

SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E DEFESA CIVIL

MAURO FERREIRA DE SOUSA

SECRETÁRIO DE ESPORTE E LAZER

FRANCISCO JOSÉ PEREIRA LINS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AGRÁRIO

CLAÚDIO NASCIMENTO OLIVEIRA JÚNIOR

IMPRESSO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Rua Helena Mendoça De Figueiredo - 200 - Fone (88) 3553-1255

www.milagres.ce.gov.br



Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres

Trabalho que faz a diferença

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 008/2021

Milagres, CE - 13 de março de 2021

DISPÕE SOBRE O ENRIGECIMENTO
DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO
DA PANDEMIA DECORRENTE DO
NOVO CORONAVÍRUS-COVID-19.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MILAGRES, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, *ex vi*, do que dispõe a Lei Orgânica do Município, e nos termos das demais Leis pátrias.

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO as medidas sanitárias de combate ao COVID-19, estabelecidas no Decreto 33.980, de 12 de março de 2021, do Governo do Estado do Ceará, que amplia o isolamento social rígido para todos os municípios do Estado do Ceará, como medida necessária para enfrentamento da COVID-19, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Calamidade Pública reconhecida no Município de Milagres através do Decreto Municipal 07, de 1 de março de 2021, e pelo Decreto Legislativo 562, de 4 de março de 2021, da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO a necessidade de estagnar o crescimento dos números de casos de infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) em nosso município.

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre medidas gerais de contenção à disseminação da COVID-19 e restabelece, no município de Milagres, no período do dia 13 a 22 de março de 2021, a política de isolamento social rígido para o enfrentamento da pandemia, consistente na restrição ao desempenho de atividades econômicas e comportamentais, bem como no controle da circulação de pessoas e veículos nos espaços e vias públicas, objetivando reduzir velocidade de propagação da doença.



Parágrafo único. No prazo de que trata o “caput”, deste artigo, as disposições do Decreto n.º 033, de 08 de junho de 2020, e suas alterações posteriores, continuam vigentes em todo o Município de Milagres, salvo no que contrariar as previsões deste Decreto.

CAPÍTULO II DO ISOLAMENTO SOCIAL RÍGIDO

Art. 2º Para fins da política de isolamento social rígido a que se refere o art. 1º, deste Decreto, serão adotadas, excepcional e temporariamente, as seguintes medidas:

- I – restrições ao desempenho de atividades econômicas e comportamentais;
- II – dever especial de confinamento;
- III – dever especial de proteção por pessoas do grupo de risco.
- IV – dever especial de permanência domiciliar;
- V – controle da circulação de veículos particulares;
- VI – controle da entrada e saída do município.

Seção I Das restrições ao desempenho de atividades econômicas e comportamentais.

Art. 3º Fica suspenso, no município de Milagres, o funcionamento de:

- I – bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres, permitido exclusivamente o funcionamento por serviço de entrega, inclusive por aplicativo;
- II – templos, igrejas e demais instituições religiosas, salvo nas condições do §7º, deste artigo;
- III – equipamentos culturais, público e privado;
- IV – academias, clubes, centros de ginástica e estabelecimentos similares;
- V – lojas ou estabelecimentos do comércio ou que prestem serviços de natureza privada;
- VI – estabelecimentos de ensino para atividades presenciais, salvo em relação a atividades cujo ensino remoto seja inviável, quais sejam: treinamento para profissionais da saúde, aulas práticas e laboratoriais para concluentes do ensino superior e atividades de berçário e da educação infantil para crianças de zero a 3 (três) anos;
- VIII – feiras e exposições.

§1º Também são vedadas/interrompidos durante o isolamento social rígido:

- I – o uso de rios e açudes ou quaisquer outros locais de uso coletivo e que permitam a aglomeração de pessoas;
- II – a realização de festas ou eventos de qualquer natureza, em ambiente aberto ou fechado, público ou privado;
- III – a prática de atividades físicas individuais ou coletivas em espaços públicos ou privados abertos ao público;

§2º Não incorrem na vedação de que trata este artigo os setores da indústria e da construção civil; os serviços de órgãos de imprensa e meios de comunicação e telecomunicação em geral; os estabelecimentos médicos, odontológicos para serviços de emergência, hospitalares, laboratórios de análises clínicas, farmacêuticos, clínicas de fisioterapia e de vacinação; serviços de “drive thru” em lanchonetes e estabelecimentos congêneres; lojas de conveniências de postos de combustíveis, vedado o atendimento a clientes para lanches ou refeição no local; comércio de



Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres
Trabalho que faz a diferença
Gabinete do Prefeito

material de construção; correios; distribuidoras e revendedoras de água e gás; empresas da área de logística; distribuidores de energia elétrica, segurança privada; postos de combustíveis; funerárias; estabelecimentos bancários; lotéricas; padarias, vedado o consumo interno; clínicas veterinárias; lojas de produtos para animais; lavanderias; e supermercados/congêneres.

§3º No período de isolamento social rígido, também se manterão em funcionamento ou não serão suspenso(a)s:

I – oficinas e concessionárias exclusivamente para serviços de manutenção e conserto em veículos;

II – empresas prestadoras de serviços de mão de obra terceirizada;

III – restaurantes situados nas rodovias estaduais e federais do território milagrense necessários a viabilizar o transporte de carga destinado ao abastecimento da população, bem como indispensáveis ao atendimento de serviços públicos essenciais;

IV – oficinas e borracharias em geral.

V – nos cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, os serviços de registro de óbito e casamento, este último limitado aos casos de nubentes enfermos;

VI – nos cartórios de Tabelionatos de Notas, os serviços de reconhecimento de firma exclusivamente para atos de cremação, e de procurações e testamentos exclusivamente relativos a enfermos;

VIII – nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, os registros exclusivos para cremação.

§4º A suspensão de atividades a que se refere o inciso I, do “caput”, deste artigo, não se aplica a bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres que funcionem no interior de hotéis, pousadas e similares, desde que os serviços sejam prestados exclusivamente a hóspedes.

§5º Durante a suspensão de atividades, o comércio de bens e serviços poderá funcionar por meio de serviços de entrega, inclusive por aplicativo, vedado, em qualquer caso, o atendimento presencial de clientes nas dependências do estabelecimento.

§6º Os órgãos e entidades públicos municipais continuarão funcionando por meio do trabalho exclusivamente remoto, observados os termos e as exceções previstas no Decreto 004, de 18 de fevereiro de 2021.

§7º Às instituições religiosas será permitido o atendimento individual para fins de assistência a fiéis, devendo as celebrações acontecerem sempre de forma virtual, sem presença de público, ficando a equipe responsável ressalvada do disposto no §1º, do art. 8º, deste Decreto.

§8º Às organizações da sociedade civil será permitida a continuidade de ações que tenham por objetivo a entrega individualizada de suprimentos e outras ações emergenciais de assistência às pessoas e comunidades por elas atendidas.

§9º Aos supermercados e estabelecimentos congêneres fica autorizada, no período de isolamento social rígido, a contratação de artistas, no máximo 02 (dois), para que possam exercer a sua atividade no interior do estabelecimento, desde que observadas as medidas de segurança contra a disseminação da COVID-19 e adotadas todas as precauções para evitar aglomerações.



Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres

Trabalho que faz a diferença

Gabinete do Prefeito

§10 As atividades previstas nos incisos IV, V e VI, do §3º, deste artigo, deverão funcionar com expediente reduzido, de 9h às 16h, atendendo presencialmente apenas por agendamento, de forma a não haver mais de 02 (dois) atendimentos simultâneos, sendo ainda admitido o atendimento remoto.

Art. 4º O cemitério público funcionará ininterruptamente, 24 (vinte e quatro) horas, domingo a domingo, devendo adotar as providências necessárias para evitar a aglomeração de pessoas nos sepultamentos.

Art. 5º Fica mantido, durante o isolamento social rígido no município de Milagres, o “toque de recolher”, nos termos do art. 5º, Decreto n.º 004, de 18 de fevereiro de 2021.

Seção II
Do dever especial de confinamento

Art. 6º As pessoas comprovadamente infectadas ou com suspeita de contágio pela COVID- 19 deverão permanecer em confinamento obrigatório no domicílio, em unidade hospitalar ou em outro lugar determinado pela autoridade de saúde.

§1º A inobservância do dever estabelecido no “caput”, deste artigo, ensejará para o infrator a devida responsabilização, nos termos deste Decreto, inclusive na esfera criminal, observado o tipo previsto no art. 268, do Código Penal.

§2º Caso necessária, a força policial poderá ser empregada para promover o imediato restabelecimento do confinamento obrigatório, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

§3º Ficam ratificadas, para os fins deste artigo, todas as medidas já adotadas, no âmbito do Estado e do Município, acerca do confinamento obrigatório.

Seção III
Do dever especial de proteção por pessoas do grupo de risco

Art. 7º Ficam sujeitos ao dever especial de que trata esta Seção, as pessoas que, de acordo com as orientações das autoridades da saúde, se enquadram no grupo de risco da COVID-19, designadamente os maiores de 60 (sessenta) anos, os imunodeprimidos e os portadores de doença crônica, hipertensos, os diabéticos, os doentes cardiovasculares, os portadores de doença respiratória crônica, os hipertensos, os doentes oncológicos, os com doenças respiratórias, bem como aqueles com determinação médica.

§1º As pessoas sujeitas ao dever especial de proteção não deverão circular em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, exceto, com o uso obrigatório de máscaras, para alguns dos seguintes propósitos:

I – deslocamentos para aquisição de bens e serviços em farmácias, supermercados e outros estabelecimentos que fornecem itens essenciais à subsistência;

II – deslocamentos por motivos de saúde, designadamente para obter assistência em hospitais, clínicas, postos de saúde e outros estabelecimentos do mesmo gênero, bem como para vacinação;



III – deslocamento para agências bancárias e similares;

IV – deslocamentos para outras atividades de natureza análoga ou por outros motivos de força maior ou necessidade impreterível, desde que devidamente justificados.

§2º A proibição prevista no § 1º, deste artigo, não se aplica aos agentes públicos, profissionais de saúde e de quaisquer outros setores cujo funcionamento seja essencial para o controle da pandemia da COVID-19.

Seção IV **Do dever especial de permanência domiciliar**

Art. 8º Fica estabelecido o dever geral de permanência domiciliar no município de Milagres.

§1º O disposto no “caput”, deste artigo, importa na vedação à circulação de pessoas em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, ressalvados os casos de extrema necessidade que envolvam:

I – o deslocamento a unidades de saúde para atendimento médico ou para acompanhar paciente;

II – o deslocamento para fins de assistência veterinária;

III – o deslocamento para o trabalho em atividades essenciais ou estabelecimentos autorizados a funcionar na forma da legislação;

IV – circulação para a entrega de bens essenciais a pessoas do grupo de risco;

V – o deslocamento para a compra de materiais imprescindíveis ao exercício profissional;

VI – o deslocamento a quaisquer órgãos públicos, inclusive delegacias e unidades judiciárias, no caso da necessidade de atendimento presencial, audiência, ou no de cumprimento de intimação administrativa ou judicial;

VII – o deslocamento a estabelecimentos que prestam serviços essenciais ou com atividades liberadas;

VIII – deslocamento para serviços de entregas;

IX – o deslocamento para o exercício de missão institucional, de interesse público, buscando atender a determinação de autoridade pública;

X – a circulação de pessoas para prestar assistência ou cuidados a idosos, a crianças ou a portadores de deficiência ou necessidades especiais;

XI – o deslocamento de pessoas que trabalham em restaurantes, congêneres ou demais estabelecimentos que, na forma da legislação, permaneçam em funcionamento exclusivamente para serviços de entrega;



Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres
Trabalho que faz a diferença
Gabinete do Prefeito

XII – o trânsito para a prestação de serviços assistenciais à população socialmente mais vulnerável;

XIII – deslocamentos eventuais em razão do exercício da advocacia, quando necessária a presença do advogado para a prática de ato ou o cumprimento de diligências necessárias à preservação da vida e dos interesses de seus clientes, vedado o atendimento presencial em escritórios, mesmo que com hora marcada, ficando assegurada a comunicação presencial com clientes que estejam presos;

XIV – deslocamentos para outras atividades de natureza análoga ou por outros motivos de força maior ou necessidade impreterível, desde que devidamente justificados.

§ 2º Para a circulação excepcional autorizada na forma dos §1º, deste artigo, deverão as pessoas portar documento ou declaração subscrita demonstrando o enquadramento da situação específica na exceção informada, admitidos outros meios idôneos de prova.

§3º O cumprimento da política de isolamento social rígido será objeto de ostensiva fiscalização por agentes da Secretaria Municipal de Saúde e do Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN, ficando o seu infrator submetido à devida responsabilização, na forma deste Decreto.

§4º Para fiscalização e aplicação das devidas sanções pela inobservância ao disposto neste artigo, será utilizado o sistema de videomonitoramento à disposição da Secretaria de Segurança Pública, Cidadania e Defesa Civil, no exercício de suas respectivas competências.

Seção V
Do controle da circulação de veículos particulares

Art. 9º Fica estabelecido, no município de Milagres, o controle da circulação de veículos particulares em vias públicas, a qual será admitida nas hipóteses de:

I – deslocamento em alguma das situações excepcionais previstas no §1º, do art. 8º, deste Decreto;

II – trânsito de veículos pertencentes a estabelecimentos ou serviços essenciais em funcionamento;

III – deslocamento de veículos relacionados às atividades de segurança e saúde.

IV – transporte de carga;

V – serviços de transporte por táxi, mototáxi ou veículo disponibilizado por aplicativo.

Parágrafo único. A competência, as medidas de fiscalização e os meios de comprovação do enquadramento nas situações excepcionadas observarão o disposto nos §§ 2º a 4º, do art. 8º, deste Decreto.

Seção VI
Do controle da entrada e saída no município



Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres

Trabalho que faz a diferença

Gabinete do Prefeito

Art. 10 Fica estabelecido o controle da entrada e saída de pessoas e veículos no município de Milagres, ressalvadas as hipóteses de:

- I – deslocamentos por motivos de saúde, próprios e de terceiros, designadamente para obter ou facilitar assistência em hospitais, clínicas, postos de saúde e outros estabelecimentos do mesmo gênero;
- II – deslocamentos entre os domicílios e os locais de trabalho de agentes públicos;
- III – deslocamentos entre os domicílios e os locais de trabalho permitidos;
- IV – deslocamentos para assistência ou cuidados de pessoas com deficiência, crianças, progenitores, idosos, dependentes ou pessoas vulneráveis;
- V – deslocamentos para participação em atos administrativos ou judiciais, quando convocados pelas autoridades competentes;
- VI – deslocamentos necessários ao exercício das atividades de imprensa;
- VII – deslocamentos para outras atividades de natureza análoga ou por outros motivos de força maior ou necessidade impreterível, desde que devidamente justificados;
- VIII – transporte de carga.

§1º A competência, as medidas de fiscalização e os meios de comprovação do enquadramento nas situações excepcionadas observarão o disposto nos §§ 2º a 4º, do art. 8º, deste Decreto.

§2º Ficam garantidas a entrada e a saída no Município de Milagres da população flutuante domiciliada neste município e em outro do Estado, desde que devidamente comprovada a residência em quaisquer das situações.

CAPÍTULO III
DO REGIME GERAL DE PROTEÇÃO

Seção I
Dos deveres dos estabelecimentos em funcionamento

Art. 11 Os serviços e atividades autorizados a funcionar no município de Milagres, no período de enfrentamento da COVID-19, deverão observar todas as providências necessárias para evitar aglomerações nos estabelecimentos, preservar o distanciamento mínimo entre as pessoas e garantir a segurança de clientes e funcionários, sem prejuízo da observância obrigatória das seguintes medidas:

- I – disponibilização álcool 70% a clientes e funcionários, preferencialmente em gel;
- II – uso obrigatório por todos os trabalhadores de máscaras de proteção, individuais ou caseiras, bem como de outros equipamentos de proteção individual que sejam indispensáveis ao seguro desempenho laboral;



Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres
Trabalho que faz a diferença
Gabinete do Prefeito

III – dever de impedir o acesso ao estabelecimento de pessoas que não estejam usando máscaras, bem como a impedir a permanência simultânea de clientes no seu interior que inviabilize o distanciamento social mínimo de 2 (dois) metros.

IV – autorização para ingresso nos estabelecimentos de somente uma pessoa por família, vedada a permanência no local por tempo superior ao estritamente necessário para a aquisição dos produtos ou prestação do serviço;

V – atendimento prioritário das pessoas do grupo de risco da COVID19.

§1º No cumprimento ao disposto no inciso III, do “caput”, deste artigo, os estabelecimentos deverão afixar cartazes, nas respectivas entradas, informando sobre a obrigatoriedade de uso de máscaras e do dever de distanciamento mínimo de 2 (dois) metros entre as pessoas.

§2º As restrições previstas no inciso III, segunda parte, do “caput”, deste artigo, não se aplicam a serviços públicos essenciais relativos à saúde e à segurança.

Seção II
Do dever geral de proteção individual

Art. 12 É obrigatório, nos termos da Lei n.º 1.376, de 5 de maio de 2020, o uso de máscaras de proteção facial, industriais ou caseiras, quando necessitarem as pessoas saírem de suas residências, principalmente quando dentro de qualquer forma de transporte coletivo, ou no interior de estabelecimentos abertos ao público.

Parágrafo único. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, aqueles que não observarem o disposto neste artigo serão impedidos de ingressar em transporte coletivo, bem como de adentrar em quaisquer estabelecimentos que estejam em funcionamento.

Seção III
Da proibição de aglomerações em ambientes públicos e privados

Art. 13 Fica proibida, no município de Milagres, a aglomeração e a circulação de pessoas em espaços públicos ou privados.

Parágrafo único. Ficam também vedadas, nos termos do “caput”, deste artigo:

I – a realização de feiras de qualquer natureza;

II – a circulação de pessoas em locais ou espaços públicos, tais como praças, salvo quando em deslocamentos imprescindíveis para acessar as atividades essenciais previstas neste Decreto.

CAPÍTULO IV
DO DEVER GERAL DE COOPERAÇÃO SOCIAL

Art. 14 Fica estabelecido o dever geral de cooperação social durante o período de vigência da política de isolamento social rígido, cumprindo aos cidadãos e demais entidades o dever de colaboração, nomeadamente no cumprimento de ordens ou instruções dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança, proteção civil e saúde pública na pronta satisfação de solicitações





Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres
Trabalho que faz a diferença
Gabinete do Prefeito

que justificadamente lhes sejam feitas pelas entidades competentes para a concretização das medidas previstas neste Decreto.

Parágrafo único. Constatado o descumprimento a quaisquer dos deveres estabelecidos neste Decreto, os fiscais deverão ordenar a medida de conformidade cabível, bem assim, em caso de recusa, adotar as devidas providências legais.

CAPÍTULO V
DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO SANITÁRIA

Art. 15 Os estabelecimentos autorizados a funcionar, nos termos deste Decreto, deverão zelar pela obediência a todas medidas sanitárias estabelecidas para o funcionamento seguro da respectiva atividade.

§1º Constatada qualquer infração ao disposto no “caput”, deste artigo, será o estabelecimento autuado pelo agente de fiscalização e advertido da irregularidade cometida, a fim de que não mais se repita.

§2º Se, após a autuação prevista no §1º, deste artigo, o estabelecimento tornar a infringir as regras sanitárias, será novamente autuado, ficando, de imediato, suspensas as suas atividades por 7(sete) dias.

§3º Suspensas nos termos do §2º, deste artigo, o retorno das atividades condiciona-se à avaliação favorável de inspeção quanto ao atendimento das medidas sanitárias, devendo o responsável pelo estabelecimento comprometer-se, por termo subscrito, a não mais incorrer na infração cometida, sob pena de novas suspensões de atividades pelo dobro do prazo anteriormente estabelecido.

§4º Ao interessado é permitida a apresentação de defesa contra o auto de infração diretamente no órgão ao qual pertence o agente de fiscalização.

§5º O disposto nesta Seção não afasta a responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 268, do Código Penal, nem das sanções previstas na Lei Municipal 1.376/2020;

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

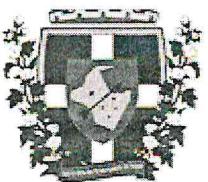
Art. 16 Na fiscalização e aplicação das medidas de controle estabelecidas neste Decreto, as autoridades públicas competentes deverão, prioritariamente, primar por condutas que busquem a sensibilização e a conscientização da comunidade quanto à importância das medidas de isolamento e distanciamento social, bem como de permanência domiciliar.

Art. 17 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO MUNICIPAL CÍCERO LEITE DANTAS, EM MILAGRES, ESTADO DO CEARÁ,
AOS 13 DE MARÇO DE 2021.

Cícero Alves de Figueiredo
Prefeito Municipal





Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres
Trabalho que faz a diferença
Gabinete do Prefeito

DECRETO 009/2021

Milagres, CE – 17 de março de 2021

DECRETA FERIADO O DIA 19 DE MARÇO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MILAGRES-CE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MILAGRES, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, *ex vi*, do que dispõe a Lei Orgânica do Município, e nos termos das demais Leis pátrias.

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o funcionamento da Administração Pública Municipal no dia 19 de março de 2021;

CONSIDERANDO que no dia 19 de março é data consagrada a São José, Padroeiro do Estado do Ceará;

DECRETA:

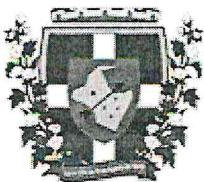
Art. 1º Fica decretado Feriado o expediente do dia 19 de março de 2021 em todo território do Município de Milagres, CE.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às unidades e serviços considerados essenciais no atendimento à população.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO MUNICIPAL CÍCERO LEITE DANTAS, EM MILAGRES, ESTADO DO CEARÁ,
AOS 17 DE MARÇO DE 2021.

Cícero Alves de Figueiredo
Prefeito Municipal



DECRETO 010/2021

Milagres, CE – 17 de março de 2021

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO
COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA
CRIANÇA FELIZ E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MILAGRES, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, *ex vi*, do que dispõe a Lei Orgânica do Município, e nos termos das demais Leis pátrias.

CONSIDERANDO a necessidade de definir o novo Comitê Gestor do Programa Criança Feliz;

DECRETA:

Art. 1º Ficam Nomeados os membros do Comitê Gestor Municipal do Programa Criança Feliz, vinculado a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social do Município de Milagres-CE, de caráter intersetorial com a finalidade de planejar e articular as ações necessárias para alcançar os objetivos do Programa Criança Feliz, instituído pelo Decreto Federal nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, e consolidado pelo Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida.

Parágrafo Único - O Programa articula ações das políticas de Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Direitos Humanos entre outras, tendo como fundamento a Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016 – Marco Legal da Primeira Infância.

Art. 2º O Programa Criança feliz tem como objetivos:

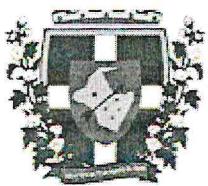
I- Qualificar e incentivar o atendimento e o acompanhamento de gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias nos serviços socioassistenciais;

II- Apoiar as famílias com gestantes e crianças na primeira infância no exercício da função protetiva e ampliar acessos a serviços e direitos;

III- Estimular o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância e fortalecer vínculos familiares e comunitários;

IV- Fortalecer a presença da assistência social nos territórios e a perspectiva da proteção proativa e da prevenção de situações de fragilização de vínculos, de isolamentos e de situações de risco pessoal e social;

V- Qualificar os cuidados nos Serviços de Acolhimento e priorizar o acolhimento em Famílias Acolhedoras para crianças na primeira infância afastadas do convívio familiar mediante aplicação



Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres
Trabalho que faz a diferença
Gabinete do Prefeito

de medida protetiva prevista nos incisos VII e VIII do art. 101, caput, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

VI- Desenvolver ações de capacitação e educação permanente que abordem especificidades, cuidados e atenções a gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias;

VII- Potencializar a perspectiva da complementariedade e da integração entre programas, serviços e benefícios socioassistenciais;

VIII- Fortalecer a articulação intersetorial com vistas ao desenvolvimento integral das crianças na primeira infância e o apoio a gestantes e famílias.

Art. 3º Ao Comitê Gestor Municipal do Programa Criança Feliz cabe:

I- Acordar o Plano de Ação Municipal com Diretrizes, Estratégias e Metas;

II- Tomar decisões quanto às etapas do Programa e responsabilidades das diferentes políticas na sua operacionalização;

III- Acordar instrumentos de regulação, normatização, protocolos e parâmetros municipais complementares àqueles disponibilizados pela União/Estado e que estabeleçam responsabilidades das diferentes políticas no Programa, estratégias para sua implantação/implementação e acompanhamento local;

IV- Aprovar materiais de orientações técnicas, de formação e de educação permanente, complementares àqueles disponibilizados pela União e Estado;

V- Definir estratégias, instrumentos e compromissos que fortaleçam a intersetorialidade do programa e a implementação das ações de responsabilidade do município;

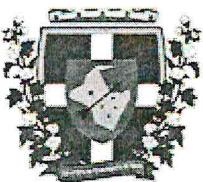
VI- Apoiar o Supervisor na realização de ações de educação permanente e formação sobre o Programa e a metodologia das visitas domiciliares;

VII- Discutir, apoiar e aprovar questões operacionais do programa, a partir de propostas da equipe técnica, como: composição da equipe das visitas domiciliares (visitadores e supervisores); definição do escopo de prioridades para execução das ações do programa; fluxos de articulação entre as redes locais para suporte às visitas domiciliares e atendimento às demandas identificadas pelos visitadores e supervisores;

VIII- Elaborar o Plano Municipal pela primeira Infância e monitorar sua execução por meio da intersetorialidade e da integração de políticas e ações.

Art. 4º - O Comitê Gestor do Programa Criança feliz, será composto pelos representantes das seguintes Secretarias Municipais:

- I- Representantes da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
 - a) Titular: Vilauba Figueiredo Bernardo Ribeiro
 - b) Suplente: Josefa Juliana Barbosa Xavier



Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres
Trabalho que faz a diferença
Gabinete do Prefeito

II- Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

- a) Titular: Monysia Oliveira Ferreira Brandão
- b) Suplente: Cícero Alves de Lima

III- Representantes da Secretaria Municipal de Educação

- a) Titular: Flávio Leite Queirós
- b) Suplente: Francisco Oliveira de Sousa

IV- Representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos

- a) Titular: Lucia Macedo Landim
- b) Suplente: Izaíra Judith de Lacerda Oliveira Leite

V- Representantes da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Agrário

- a) Titular: Claudio Nascimento Oliveira Júnior
- b) Suplente: Hugo Nascimento Sousa

§1º Os membros do Comitê Gestor Titular e Suplente, exerçerão mandato (02) dois anos permitida uma recondução.

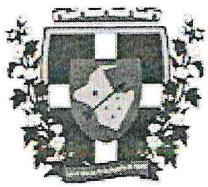
§2º O desempenho das atribuições dos membros do Comitê Gestor Titular e Suplente a que se refere este Decreto não será remunerado, mas considerado serviço público relevante.

§3º O Comitê do programa poderá convidar para participar de suas reuniões pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em pauta.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogado o Decreto 071/2020 e demais disposições em contrário.

PALÁCIO MUNICIPAL CÍCERO LEITE DANTAS, EM MILAGRES, ESTADO DO CEARÁ,
AOS 17 DE MARÇO DE 2021.

Cícero Alves de Figueiredo
Prefeito Municipal



Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres
Trabalho que faz a diferença
Gabinete do Prefeito

DECRETO 011/2021

Milagres, CE – 17 de março de 2021

AUTORIZA E INSTITUI REALIZAÇÃO
DE PROCESSO SELETIVO
SIMPLIFICADO NO ÂMBITO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MILAGRES, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, *ex vi*, do que dispõe a Lei Orgânica do Município, e nos termos das demais Leis pátrias.

CONSIDERANDO o advento da Lei Orgânica Municipal e da Lei Municipal nº 988/2002;

CONSIDERANDO o caráter transitório dos serviços a serem prestados junto a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 19, de 24 de novembro de 2016 e o Decreto Nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberta a realização de Processo Seletivo Simplificado no âmbito da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, com vistas a seleção de pessoal para exercerem o cargo de Visitador do Programa Criança Feliz, função pública temporária.

Art. 2º Durante as fases do Processo Seletivo Simplificado serão observados os princípios estabelecidos no art. 37, "caput", da Constituição da República.

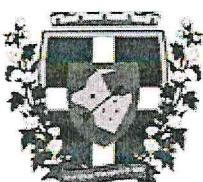
Art. 3º O Processo Seletivo Simplificado será realizado em conformidade com a Constituição da República e Leis Municipais que dispuserem sobre as matérias relacionadas, observando-se o seguinte:

I- ampla publicidade, por meio de Editais;

II- recebimento das inscrições de todos que preencham os requisitos legais e as exigências do Edital;

III - exigência do mesmo nível de conhecimentos e igual critério de julgamento.

Art. 4º A contagem dos prazos constantes neste Decreto e aqueles a serem definidos no Edital serão contados em dias corridos, desconsiderando-se o do início e incluindo-se o do final.



Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres
Trabalho que faz a diferença
Gabinete do Prefeito

Art. 5º O Processo Seletivo Simplificado será acompanhado por Comissão composta por três servidores municipais, nomeados por portaria, a quem competirá a supervisão a todos os atos inerentes a sua realização.

Art. 6º Concluídas todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado, a Comissão o encaminhará ao Prefeito Municipal para homologação, no prazo de um dia.

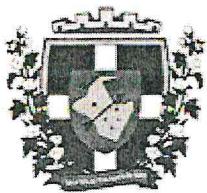
Art. 7º Homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, será lançado Edital com a classificação geral dos candidatos aprovados, quando, então, passará a fluir o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 8º Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO MUNICIPAL CÍCERO LEITE DANTAS, EM MILAGRES, ESTADO DO CEARÁ,
AOS 17 DE MARÇO DE 2021.

Cícero Alves de Figueiredo
Prefeito Municipal



Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres
Trabalho que faz a diferença
Gabinete do Prefeito

LEI N° 1.410/2021

De 18 de Março de 2021

EMENTA: DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL N° 1.313/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MILAGRES, ESTADO DO CEARÁ, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Acrescenta o Parágrafo Único ao art. 1º da Lei Municipal nº 1.313, de 25 de maio de 2018:

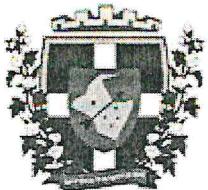
“**Art.1º**.....
.....

Parágrafo único. A redução da carga horária de que trata o caput deste artigo não poderá ser inferior a carga horária mensal de 100 horas.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO MUNICIPAL CICERO LEITE DANTAS, EM MILAGRES, ESTADO DO CEARÁ, AOS 18 DE MARÇO DE 2021.


CICERO ALVES DE FIGUEIREDO
Prefeito Municipal



Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres
Trabalho que faz a diferença
Gabinete do Prefeito

LEI N° 1.411/2021

De 18 de Março de 2021

EMENTA: RATIFICA PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO ENTRE MUNICÍPIOS BRASILEIROS, COM A FINALIDADE DE ADQUIRIR VACINAS PARA COMBATE À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS; MEDICAMENTOS, INSUMOS E EQUIPAMENTOS NA ÁREA DA SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MILAGRES, ESTADO DO CEARÁ, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º Fica ratificado, nos termos da lei federal nº 11.107/2005 e seu decreto federal regulamentador nº 6.017/2007, o protocolo de intenções firmado entre municípios de todas as regiões da República Federativa do Brasil, visando precipuamente a aquisição de vacinas para combate à pandemia do coronavírus, além de outras finalidades de interesse público relativas à aquisição de medicamentos, insumos e equipamentos na área da saúde.

Art. 2º O protocolo de intenções, após sua ratificação, converter-se-á em contrato de consórcio público.

Art. 3º O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica.

Art. 4º Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do Art.8º da Lei Federal 11.107/2005, podendo ser suplementadas em caso de necessidade.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO MUNICIPAL CICERO LEITE DANTAS, EM MILAGRES, ESTADO DO CEARÁ, AOS 18 DE MARÇO DE 2021.

CICERO ALVES DE FIGUEIREDO
Prefeito Municipal

PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONECTAR - CONSÓRCIO NACIONAL DE VACINAS DAS CIDADES BRASILEIRAS

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI FIRMAM OS MUNICÍPIOS DESCritos EM SEU ANEXO I, QUE TEM POR FINALIDADE A AQUISIÇÃO DE VACINAS PARA COMBATE A PANDEMIA DECORRENTE DO CORONAVIRUS (COVID-19), ALÉM DE OUTRAS OBJETIVOS PREVISTOS EM SUAS CLÁUSULAS, QUE SE ENCONTRAM REDIGIDAS DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.107/2005 E SEU DECRETO FEDERAL REGULAMENTADOR Nº 6.017/2007, DIPLOMAS QUE DISPÕEM SOBRE NORMAS GERAIS PARA A CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS PELOS ENTES FEDERADOS.

CLÁUSULA 1ª

Denominação

O presente consórcio será denominado, CONECTAR – Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras.

CLÁUSULA 2ª

Finalidades do consórcio

Venâncio Shopping - Setor Comercial Sul (Acesso Norte - de frente para o Setor Hoteleiro), quadra 08, bloco B-50, sala 827 - Asa Sul, Brasília/DF - CEP: 70.333-900
Fone: 61 3044-9800 - www.fnp.org.br - e-mail: secretaria@fnp.org.br



2.1 A finalidade precípua do consórcio público é a aquisição de vacinas para combate à pandemia do coronavírus (COVID-19) e suas variantes.

2.2 O consórcio também tem como finalidade a aquisição de medicamentos, insumos, serviços e equipamentos na área da saúde em geral.

CLÁUSULA 3^a

Prazo de duração

3. O prazo de duração do presente consórcio é indeterminado.

CLÁUSULA 4^a

Sede do consórcio

4. A sede do consórcio será em Brasília/DF.

CLÁUSULA 5^a

Identificação dos entes federados participantes

5. O presente consórcio é constituído inicialmente pelos municípios brasileiros descritos no Anexo I deste protocolo de intenções, sendo facultado o ingresso de outros municípios nos termos da Lei nº 11.107/2005.

CLÁUSULA 6^a

Área de atuação

6. A área de atuação do consórcio corresponde à área de abrangência dos municípios que compõem o consórcio. Na medida em que outros municípios façam a adesão ao presente protocolo de intenções, fica automaticamente estendida a área de atuação do consórcio.

CLÁUSULA 7^a

Natureza jurídica

7. O consórcio possui personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, sendo a Assembleia Geral seu principal órgão de deliberação.

CLÁUSULA 8^a

Representação do consórcio perante outras esferas de governo

8.1. O presidente do consórcio terá competência para representar os municípios consorciados, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer esferas de governo ou de poder, bem como perante entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais.

8.2. O presidente representará o consórcio ativa e passivamente, nas esferas judicial e extrajudicial.

CLÁUSULA 9^a

Normas de convocação e funcionamento da assembleia geral – elaboração, aprovação e alteração do estatuto social

9.1. A assembleia geral será convocada, de forma ordinária, pelo presidente do consórcio, e, de forma extraordinária, por 1/6 (um sexto) dos votos de seus membros.

9.2. A reunião ordinária da assembleia geral deverá ser convocada com antecedência mínima de 07 (sete) dias. A reunião extraordinária deverá ser convocada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. As reuniões deverão ter ampla divulgação na mídia, notadamente na rede mundial de computadores (internet).

9.3. O estatuto social será aprovado na primeira reunião da assembleia geral.

9.4. O estatuto social somente poderá ser alterado por 2/3 dos votos dos membros presentes à assembleia geral, em reunião com grande divulgação, e especialmente convocada para esta finalidade.



CLÁUSULA 10^a

Assembleia geral e sua forma deliberacão

10.1. A assembleia geral é a instânciá máxima de deliberação do consórcio, nos termos do art. 4º, VII, da Lei Federal nº 11.107/2005.

10.2. Cada membro do consórcio terá direito a pelo menos um voto na assembleia geral, independentemente da sua população, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei Federal nº 11.107/2005. Os consorciados terão direito a mais um voto na assembleia geral a cada 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes que possuir, de acordo com dados atualizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), limitado a 150 (cento e cinquenta) votos por município consorciado.

10.3. A assembleia geral de constituição do Consórcio se dará no dia 22/03/2021, às 15h.

CLÁUSULA 11^a

Eleição e duração do mandato do represente legal

11. O representante legal do consórcio público e a diretoria serão eleitos em assembleia geral, para um mandato de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA 12^a

Número, forma de provimento e remuneraçao do pessoal do consórcio

12.1. O quadro de pessoal será composto por empregos em comissão, e por empregados públicos, admissíveis por concurso público de provas e títulos, nos termos do art. 6º, §2º, da Lei Federal nº 11.107/2005.

12.2. O quadro básico de pessoal será composto: secretário-executivo (01); secretária (01); assessor jurídico (01); contador (01); economista (01); médico (01); farmacêutico (01); assessor de comunicação (01); bacharel em comércio exterior (1); assessor administrativo e financeiro (01). Os empregos serão providos na medida da constatação das necessidades do consórcio pela sua diretoria.



12.3. Para além do quadro básico de pessoal acima descrito, o secretário executivo deverá submeter ao representante legal do consórcio o quadro geral de pessoal da instituição, bem como um plano de cargos e salários dos empregados que deverá conter: a remuneração que poderá estruturada na forma de vencimento, gratificação e verba indenizatória; o número de postos de trabalho, em comissão e de empregos públicos, além dos já definidos neste protocolo de intenções.

12.4. O regime jurídico de pessoal será o da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

CLÁUSULA 13^a

Casos de contratação temporária para atendimento de interesse público

13. A forma da contratação emergencial será estabelecida pela direção do consórcio, a teor do art. 37, IX, da Constituição da República. O pessoal contratado sob este modelo jurídico deverá ser o mínimo necessário para atendimento à situação emergencial.

CLÁUSULA 14^a

Contrato de gestão, termo de parceria e gestão associada de serviços públicos

14.1. O consórcio poderá pactuar *contrato de gestão* nos termos da Lei Federal nº 9.649/98, e também *termo de parceria*, nos termos da Lei Federal nº 9.790/90.

14.2. A gestão associada de serviços públicos poderá ser executada pelo consórcio, desde que haja aprovação pela sua diretoria, e desde que haja lei autorizativa dos municípios indicando: a) as competências específicas que serão transferidas para a execução do consórcio público; b) a indicação de quais serviços públicos serão objeto da gestão associada, e área de interesse em que serão prestados; c) a autorização expressa para licitar e contratar mediante concessão, permissão e autorização os serviços públicos indicados; d) condições básicas do regime jurídico do contrato de programa; e) os critérios relativos à remuneração do concessionário do serviço público contratado.

CLÁUSULA 15^a

Direitos dos consorciados – exigência de cumprimento dos objetivos do consórcio e direito de voto na assembleia geral

15. O consorciado que estiver adimplente com suas obrigações estatutárias tem o direito de exigir o cumprimento de todas as cláusulas do contrato de consórcio público e do Estatuto Social da Entidade.

CLÁUSULA 16^a

Fontes de receita nacionais e internacionais do consórcio

16. As fontes de receita do consórcio públicos são as seguintes: a) recursos repassados pelos municípios consorciados na forma do contrato de rateio; b) repasses da União, dos Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios não consorciados na forma de celebração de convênio ou contrato de repasse; c) transferências voluntárias da União e Estados-Membros; d) doações de pessoas jurídicas de direito privado e de direito público, nacionais e internacionais; e) doações de pessoas físicas; f) doações de outros órgãos, pessoas jurídicas de direito público ou outros consórcios. g) remuneração pelos próprios serviços prestados; h) as rendas decorrentes da exploração de seu patrimônio e da alienação de seus bens. i) dentre outras especificadas em seu estatuto.

CLÁUSULA 17^a

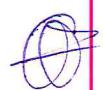
Licitação compartilhada

17. O consórcio poderá realizar licitação com previsão no edital para que contratos respectivos sejam celebrados direta ou indiretamente pelos municípios consorciados, nos termos do art. 112, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 18^a

Prazo para ratificação e constituição do consórcio

18. O presente contrato de consórcio público poderá ser celebrado por apenas parte de seus signatários originais, sem prejuízo da adesão dos demais integrantes que venham a ratificar o protocolo de intenções em data posterior.



Milagres, CE - 05 de março de 2021.



Cícero Alves de Figueiredo
CICERO ALVES DE FIGUEIREDO
Prefeito Municipal

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|----|----|-------------------------|
| 1 | AC | CRUZEIRO DO SUL |
| 2 | AC | RIO BRANCO |
| 3 | AL | CAJUEIRO |
| 4 | AL | MACEIÓ |
| 5 | AL | MINADOR DO NEGRÃO |
| 6 | AL | SÃO SEBASTIÃO |
| 7 | AM | ITACOATIARA |
| 8 | AM | MANAUS |
| 9 | AM | SILVES |
| 10 | AP | MACAPÁ |
| 11 | AP | SANTANA |
| 12 | AP | SERRA DO NAVIO |
| 13 | BA | ALAGOINHAS |
| 14 | BA | AMARGOSA |
| 15 | BA | BARRA |
| 16 | BA | BARREIRAS |
| 17 | BA | BARROCAS |
| 18 | BA | BELO CAMPO |
| 19 | BA | CACHOEIRA |
| 20 | BA | CAIRU |
| 21 | BA | CAMAMU |
| 22 | BA | CAMPO ALEGRE DE LOURDES |
| 23 | BA | CANDEIAS |
| 24 | BA | COCOS |
| 25 | BA | CONCEIÇÃO DA FEIRA |
| 26 | BA | CONCEIÇÃO DO COITÉ |
| 27 | BA | CORAÇÃO DE MARIA |
| 28 | BA | CORIBE |
| 29 | BA | CORRENTINA |
| 30 | BA | CRISTÓPOLIS |
| 31 | BA | CRUZ DAS ALMAS |
| 32 | BA | ENTRE RIOS |
| 33 | BA | EUNÁPOLIS |
| 34 | BA | FEIRA DE SANTANA |
| 35 | BA | GOVERNADOR MANGABEIRA |
| 36 | BA | GUANAMBI |
| 37 | BA | IGRAPIÚNA |
| 38 | BA | IRECÊ |
| 39 | BA | ITABUNA |
| 40 | BA | ITAGIMIRIM |
| 41 | BA | ITARANTIM |
| 42 | BA | ITUBERÁ |
| 43 | BA | JACOBINA |
| 44 | BA | JUAZEIRO |
| 45 | BA | LAPÃO |
| 46 | BA | LAURO DE FREITAS |
| 47 | BA | LUÍS EDUARDO MAGALHÃES |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|----|----|------------------------|
| 48 | BA | MATA DE SÃO JOÃO |
| 49 | BA | MILAGRES |
| 50 | BA | MORRO DO CHAPÉU |
| 51 | BA | MULUNGU DO MORRO |
| 52 | BA | MUTUÍPE |
| 53 | BA | NILO PEÇANHA |
| 54 | BA | PÉ DE SERRA |
| 55 | BA | PIATÃ |
| 56 | BA | PONTO NOVO |
| 57 | BA | PORTO SEGURO |
| 58 | BA | PRESIDENTE DUTRA |
| 59 | BA | RIACHO DE SANTANA |
| 60 | BA | SALVADOR |
| 61 | BA | SANTA BÁRBARA |
| 62 | BA | SANTA MARIA DA VITÓRIA |
| 63 | BA | SANTANA |
| 64 | BA | SANTO ANTÔNIO DE JESUS |
| 65 | BA | SÃO FRANCISCO DO CONDE |
| 66 | BA | SÃO GABRIEL |
| 67 | BA | SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ |
| 68 | BA | SIMÕES FILHO |
| 69 | BA | SÍTIO DO MATO |
| 70 | BA | TAPEROÁ |
| 71 | BA | TAPIRAMUTÁ |
| 72 | BA | TEIXEIRA DE FREITAS |
| 73 | BA | TEOFILÂNDIA |
| 74 | BA | UBAÍRA |
| 75 | BA | VERA CRUZ |
| 76 | BA | VITÓRIA DA CONQUISTA |
| 77 | CE | ABAIIARA |
| 78 | CE | ACARAPE |
| 79 | CE | ACARAÚ |
| 80 | CE | ACOPIARA |
| 81 | CE | ALCÂNTARAS |
| 82 | CE | ALTO SANTO |
| 83 | CE | AMONTADA |
| 84 | CE | ANTONINA DO NORTE |
| 85 | CE | APUIARÉS |
| 86 | CE | AQUIRAZ |
| 87 | CE | ARACATI |
| 88 | CE | ARACOIABA |
| 89 | CE | ARATUBA |
| 90 | CE | ASSARÉ |
| 91 | CE | BARBALHA |
| 92 | CE | BARREIRA |
| 93 | CE | BATURITÉ |
| 94 | CE | BEBERIBE |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|---------------------------|
| 95 | CE | BOA VIAGEM |
| 96 | CE | BREJO SANTO |
| 97 | CE | CAMOCIM |
| 98 | CE | CAMPOS SALES |
| 99 | CE | CARIDADE |
| 100 | CE | CARIRÉ |
| 101 | CE | CATARINA |
| 102 | CE | CATUNDA |
| 103 | CE | CAUCAIA |
| 104 | CE | CEDRO |
| 105 | CE | COREAÚ |
| 106 | CE | CRATO |
| 107 | CE | CROATÁ |
| 108 | CE | DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO |
| 109 | CE | FORQUILHA |
| 110 | CE | FORTALEZA |
| 111 | CE | FORTIM |
| 112 | CE | FRECHEIRINHA |
| 113 | CE | GENERAL SAMPAIO |
| 114 | CE | GRANJA |
| 115 | CE | GRANJEIRO |
| 116 | CE | GROAÍRAS |
| 117 | CE | GUAIÚBA |
| 118 | CE | GUARAMIRANGA |
| 119 | CE | HIDROLÂNDIA |
| 120 | CE | HORIZONTE |
| 121 | CE | IBIAPINA |
| 122 | CE | ICAPUÍ |
| 123 | CE | ICÓ |
| 124 | CE | IGUATU |
| 125 | CE | IPAPORANGA |
| 126 | CE | IPAUMIRIM |
| 127 | CE | IPUEIRAS |
| 128 | CE | IRACEMA |
| 129 | CE | IRAUÇUBA |
| 130 | CE | ITAIÇABA |
| 131 | CE | ITAPAJÉ |
| 132 | CE | ITAPIPOCA |
| 133 | CE | ITAREMA |
| 134 | CE | JAGUARETAMA |
| 135 | CE | JAGUARIBARA |
| 136 | CE | JAGUARIBE |
| 137 | CE | JAGUARUANA |
| 138 | CE | JATI |
| 139 | CE | JIJOCA DE JERICOACOARA |
| 140 | CE | JUAZEIRO DO NORTE |
| 141 | CE | JUCÁS |

ANEXO I

**CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021**

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 142 | CE | LAVRAS DA MANGABEIRA |
| 143 | CE | LIMOEIRO DO NORTE |
| 144 | CE | MADALENA |
| 145 | CE | MARACANAÚ |
| 146 | CE | MARANGUAPE |
| 147 | CE | MARCO |
| 148 | CE | MARTINÓPOLE |
| 149 | CE | MAURITI |
| 150 | CE | MERUOCÁ |
| 151 | CE | MILAGRES |
| 152 | CE | MILHÃ |
| 153 | CE | MIRÁIMA |
| 154 | CE | MISSÃO VELHA |
| 155 | CE | MOMBAÇA |
| 156 | CE | MORAÚJO |
| 157 | CE | MULUNGU |
| 158 | CE | NOVA OLINDA |
| 159 | CE | NOVA RUSSAS |
| 160 | CE | NOVO ORIENTE |
| 161 | CE | OCARA |
| 162 | CE | ORÓS |
| 163 | CE | PACOTI |
| 164 | CE | PALMÁCIA |
| 165 | CE | PARAIPABA |
| 166 | CE | PARAMOTI |
| 167 | CE | PEDRA BRANCA |
| 168 | CE | PEREIRO |
| 169 | CE | PIQUET CARNEIRO |
| 170 | CE | PIRES FERREIRA |
| 171 | CE | PORTEIRAS |
| 172 | CE | POTENGI |
| 173 | CE | POTIRETAMA |
| 174 | CE | QUITERIANÓPOLIS |
| 175 | CE | QUIXADÁ |
| 176 | CE | QUIXELÔ |
| 177 | CE | QUIXERÉ |
| 178 | CE | REDENÇÃO |
| 179 | CE | RERIUTABA |
| 180 | CE | RUSSAS |
| 181 | CE | SANTA QUITÉRIA |
| 182 | CE | SANTANA DO CARIRI |
| 183 | CE | SÃO BENEDITO |
| 184 | CE | SÃO GONÇALO DO AMARANTE |
| 185 | CE | SÃO JOÃO DO JAGUARIBE |
| 186 | CE | SÃO LUÍS DO CURU |
| 187 | CE | SENADOR POMPEU |
| 188 | CE | SENADOR SÁ |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 189 | CE | SOBRAL |
| 190 | CE | SOLONÓPOLE |
| 191 | CE | TABULEIRO DO NORTE |
| 192 | CE | TAMBORIL |
| 193 | CE | TARRAFAS |
| 194 | CE | TAUÁ |
| 195 | CE | TEJUÇUOCA |
| 196 | CE | TIANGUÁ |
| 197 | CE | TRAIRI |
| 198 | CE | TURURU |
| 199 | CE | UMIRIM |
| 200 | CE | URUBURETAMA |
| 201 | CE | URUOCA |
| 202 | CE | VARJOTA |
| 203 | CE | VÁRZEA ALEGRE |
| 204 | CE | VIÇOSA DO CEARÁ |
| 205 | ES | ARACRUZ |
| 206 | ES | IBITIRAMA |
| 207 | ES | ITAPEMIRIM |
| 208 | ES | LINHARES |
| 209 | ES | SERRA |
| 210 | ES | VENDA NOVA DO IMIGRANTE |
| 211 | GO | ABADIÂNIA |
| 212 | GO | APARECIDA DE GOIÂNIA |
| 213 | GO | BURITI ALEGRE |
| 214 | GO | BURITI DE GOIÁS |
| 215 | GO | CUMARI |
| 216 | GO | EDÉIA |
| 217 | GO | GOIÂNIA |
| 218 | GO | GOIANIRA |
| 219 | GO | GOIÁS |
| 220 | GO | ITABERAÍ |
| 221 | GO | ITAPURANGA |
| 222 | GO | ITUMBIARA |
| 223 | GO | IVOLÂNDIA |
| 224 | GO | JATAÍ |
| 225 | GO | MINAÇU |
| 226 | GO | NOVA AURORA |
| 227 | GO | PEROLÂNDIA |
| 228 | GO | RIO QUENTE |
| 229 | GO | SANTA TEREZA DE GOIÁS |
| 230 | GO | SÃO LUÍS DE MONTES BELOS |
| 231 | GO | TRINDADE |
| 232 | GO | TURVÂNIA |
| 233 | GO | VALPARAÍSO DE GOIÁS |
| 234 | MA | AÇAILÂNDIA |
| 235 | MA | ALTO PARNAÍBA |



ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 236 | MA | BOM JESUS DAS SELVAS |
| 237 | MA | BURITICUPU |
| 238 | MA | CIDELÂNDIA |
| 239 | MA | DAVINÓPOLIS |
| 240 | MA | GOVERNADOR EDISON LOBÃO |
| 241 | MA | IMPERATRIZ |
| 242 | MA | ITINGA DO MARANHÃO |
| 243 | MA | JOÃO LISBOA |
| 244 | MA | MONTES ALTOS |
| 245 | MA | RIBAMAR FIQUENE |
| 246 | MA | SANTA INÊS |
| 247 | MA | SANTA RITA |
| 248 | MA | SÃO JOÃO DO PARAÍSO |
| 249 | MA | SÃO LUÍS |
| 250 | MA | TIMON |
| 251 | MG | ABRE CAMPO |
| 252 | MG | ACAIACA |
| 253 | MG | ÁGUA COMPRIDA |
| 254 | MG | ALÉM PARAÍBA |
| 255 | MG | ALFENAS |
| 256 | MG | ALMENARA |
| 257 | MG | ALPERCATA |
| 258 | MG | ALTO JEQUITIBÁ |
| 259 | MG | ALVARENGA |
| 260 | MG | ALVORADA DE MINAS |
| 261 | MG | ANDRADAS |
| 262 | MG | ANDRELÂNDIA |
| 263 | MG | ARAÇAÍ |
| 264 | MG | ARAÇUAÍ |
| 265 | MG | ARAGUARI |
| 266 | MG | ARAPONGA |
| 267 | MG | ARAPORÃ |
| 268 | MG | ARAPUÁ |
| 269 | MG | ARAXÁ |
| 270 | MG | BAEPENDI |
| 271 | MG | BALDIM |
| 272 | MG | BARÃO DE COCAIS |
| 273 | MG | BARBACENA |
| 274 | MG | BELMIRO BRAGA |
| 275 | MG | BELO HORIZONTE |
| 276 | MG | BELO VALE |
| 277 | MG | BOCAIÚVA |
| 278 | MG | BOM JARDIM DE MINAS |
| 279 | MG | BOM REPOUSO |
| 280 | MG | BONFIM |
| 281 | MG | BONITO DE MINAS |
| 282 | MG | BORDA DA MATA |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 283 | MG | BOTELHOS |
| 284 | MG | BRÁS PIRES |
| 285 | MG | BRASÍLIA DE MINAS |
| 286 | MG | BRUMADINHO |
| 287 | MG | BUENO BRANDÃO |
| 288 | MG | BUENÓPOLIS |
| 289 | MG | BURITIZEIRO |
| 290 | MG | CACHOEIRA DA PRATA |
| 291 | MG | CACHOEIRA DE MINAS |
| 292 | MG | CACHOEIRA DOURADA |
| 293 | MG | CAJURI |
| 294 | MG | CALDAS |
| 295 | MG | CAMANDUCAIA |
| 296 | MG | CAMBUÍ |
| 297 | MG | CAMPANHA |
| 298 | MG | CAMPO BELO |
| 299 | MG | CAMPO DO MEIO |
| 300 | MG | CAMPO FLORIDO |
| 301 | MG | CANAÃ |
| 302 | MG | CAPARAÓ |
| 303 | MG | CAPELINHA |
| 304 | MG | CAPIM BRANCO |
| 305 | MG | CAPINÓPOLIS |
| 306 | MG | CARANDAI |
| 307 | MG | CARBONITA |
| 308 | MG | CAREACU |
| 309 | MG | CARMO DO CAJURU |
| 310 | MG | CARMO DO PARANAÍBA |
| 311 | MG | CARMÓPOLIS DE MINAS |
| 312 | MG | CARNEIRINHO |
| 313 | MG | CARVALHÓPOLIS |
| 314 | MG | CASCALHO RICO |
| 315 | MG | CÁSSIA |
| 316 | MG | CATAGUASES |
| 317 | MG | CATAS ALTAS DA NORUEGA |
| 318 | MG | CAXAMBU |
| 319 | MG | CENTRALINA |
| 320 | MG | CHÁCARA |
| 321 | MG | CHAPADA DO NORTE |
| 322 | MG | CLÁUDIO |
| 323 | MG | COIMBRA |
| 324 | MG | COMENDADOR GOMES |
| 325 | MG | CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS |
| 326 | MG | CONCEIÇÃO DAS PEDRAS |
| 327 | MG | CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO |
| 328 | MG | CONCEIÇÃO DO PARÁ |
| 329 | MG | CONCEIÇÃO DOS OUROS |



ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|-----------------------------|
| 330 | MG | CONGONHAL |
| 331 | MG | CONQUISTA |
| 332 | MG | CONSELHEIRO LAFAIETE |
| 333 | MG | CONTAGEM |
| 334 | MG | COQUEIRAL |
| 335 | MG | CORDISLÂNDIA |
| 336 | MG | COROMANDEL |
| 337 | MG | CORONEL XAVIER CHAVES |
| 338 | MG | CÓRREGO DO BOM JESUS |
| 339 | MG | CÓRREGO FUNDO |
| 340 | MG | COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS |
| 341 | MG | CRISTAIS |
| 342 | MG | CRISTIANO OTONI |
| 343 | MG | CRISTINA |
| 344 | MG | CRUCILÂNDIA |
| 345 | MG | CRUZEIRO DA FORTALEZA |
| 346 | MG | CURVELO |
| 347 | MG | DELFINÓPOLIS |
| 348 | MG | DELTA |
| 349 | MG | DIOGO DE VASCONCELOS |
| 350 | MG | DIONÍSIO |
| 351 | MG | DIVINÉSIA |
| 352 | MG | DIVINÓPOLIS |
| 353 | MG | DOM SILVÉRIO |
| 354 | MG | DORES DO TURVO |
| 355 | MG | DOURADOQUARA |
| 356 | MG | ENTRE RIOS DE MINAS |
| 357 | MG | ESMERALDAS |
| 358 | MG | ESPINOSA |
| 359 | MG | ESTIVA |
| 360 | MG | ESTRELA DALVA |
| 361 | MG | EXTREMA |
| 362 | MG | FELÍCIO DOS SANTOS |
| 363 | MG | FELIXLÂNDIA |
| 364 | MG | FERROS |
| 365 | MG | FORMIGA |
| 366 | MG | FRANCISCO SÁ |
| 367 | MG | FRONTEIRA |
| 368 | MG | FRUTA DE LEITE |
| 369 | MG | FRUTAL |
| 370 | MG | GONÇALVES |
| 371 | MG | GRÃO MOGOL |
| 372 | MG | GUANHÃES |
| 373 | MG | GUARACIABA |
| 374 | MG | GUARANI |
| 375 | MG | GUARDA-MOR |
| 376 | MG | GUIMARÃIA |



ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 377 | MG | GURINHATÃ |
| 378 | MG | HELIODORA |
| 379 | MG | IBIRACI |
| 380 | MG | IBITIÚRA DE MINAS |
| 381 | MG | IGARATINGA |
| 382 | MG | IJACI |
| 383 | MG | INCONFIDENTES |
| 384 | MG | INGAÍ |
| 385 | MG | INIMUTABA |
| 386 | MG | IPABA |
| 387 | MG | IPANEMA |
| 388 | MG | IPUIÚNA |
| 389 | MG | IRAÍ DE MINAS |
| 390 | MG | ITABIRA |
| 391 | MG | ITABIRITO |
| 392 | MG | ITACAMBIRA |
| 393 | MG | ITAGUARA |
| 394 | MG | ITAMARANDIBA |
| 395 | MG | ITAMBÉ DO MATO DENTRO |
| 396 | MG | ITAMOGI |
| 397 | MG | ITAMONTE |
| 398 | MG | ITAPAGIPE |
| 399 | MG | ITAPECERICA |
| 400 | MG | ITAPEVA |
| 401 | MG | ITAÚNA |
| 402 | MG | ITAVERAVA |
| 403 | MG | TINGA |
| 404 | MG | ITUIUTABA |
| 405 | MG | ITURAMA |
| 406 | MG | JABOTICATUBAS |
| 407 | MG | JECEABA |
| 408 | MG | JEQUITAI |
| 409 | MG | JEQUITIBÁ |
| 410 | MG | JOAÍMA |
| 411 | MG | JOÃO MONLEVADE |
| 412 | MG | JOÃO PINHEIRO |
| 413 | MG | JUATUBA |
| 414 | MG | JUIZ DE FORA |
| 415 | MG | LAGAMAR |
| 416 | MG | LAGOA DA PRATA |
| 417 | MG | LAGOA DOURADA |
| 418 | MG | LAGOA FORMOSA |
| 419 | MG | LAMBARI |
| 420 | MG | LAMIM |
| 421 | MG | LAVRAS |
| 422 | MG | LIMA DUARTE |
| 423 | MG | MACHADO |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----|----|----------------------|
| 424 | MG | MAR DE ESPANHA |
| 425 | MG | MARIA DA FÉ |
| 426 | MG | MARIANA |
| 427 | MG | MÁRIO CAMPOS |
| 428 | MG | MARMELÓPOLIS |
| 429 | MG | MARTINHO CAMPOS |
| 430 | MG | MATEUS LEME |
| 431 | MG | MINAS NOVAS |
| 432 | MG | MOEMA |
| 433 | MG | MONSENHOR PAULO |
| 434 | MG | MONTE SIÃO |
| 435 | MG | MONTES CLAROS |
| 436 | MG | MORADA NOVA DE MINAS |
| 437 | MG | MORRO DA GARÇA |
| 438 | MG | MUNHOZ |
| 439 | MG | NAQUE |
| 440 | MG | NATERCIA |
| 441 | MG | NEPOMUCENO |
| 442 | MG | NOVA ERA |
| 443 | MG | NOVA LIMA |
| 444 | MG | NOVA PONTE |
| 445 | MG | NOVA SERRANA |
| 446 | MG | NOVA UNIÃO |
| 447 | MG | NOVORIZONTE |
| 448 | MG | OLHOS D'ÁGUA |
| 449 | MG | OLIVEIRA FORTES |
| 450 | MG | ONÇA DE PITANGUI |
| 451 | MG | ORATÓRIOS |
| 452 | MG | OURO BRANCO |
| 453 | MG | OURO FINO |
| 454 | MG | PADRE PARAÍSO |
| 455 | MG | PAINEIRAS |
| 456 | MG | PAINS |
| 457 | MG | PAIVA |
| 458 | MG | PARÁ DE MINAS |
| 459 | MG | PARACATU |
| 460 | MG | PARAGUAÇU |
| 461 | MG | PARAISÓPOLIS |
| 462 | MG | PARAOPEBA |
| 463 | MG | PASSA TEMPO |
| 464 | MG | PASSABÉM |
| 465 | MG | PASSA-VINTE |
| 466 | MG | PASSOS |
| 467 | MG | PATIS |
| 468 | MG | PATOS DE MINAS |
| 469 | MG | PATROCÍNIO |
| 470 | MG | PAULISTAS |



ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----|----|-----------------------|
| 471 | MG | PEDRA DO ANTA |
| 472 | MG | PEDRA DO INDAIÁ |
| 473 | MG | PEDRA DOURADA |
| 474 | MG | PEDRALVA |
| 475 | MG | PEDRO TEIXEIRA |
| 476 | MG | PERDIZES |
| 477 | MG | PERDÕES |
| 478 | MG | PIADEDE DO RIO GRANDE |
| 479 | MG | PIRACEMA |
| 480 | MG | PIRAJUBA |
| 481 | MG | PIRANGA |
| 482 | MG | PIRANGUÇU |
| 483 | MG | PIRAPETINGA |
| 484 | MG | PIRAPORA |
| 485 | MG | PITANGUI |
| 486 | MG | PIUMHI |
| 487 | MG | POÇO FUNDO |
| 488 | MG | POMPÉU |
| 489 | MG | PONTE NOVA |
| 490 | MG | PONTO DOS VOLANTES |
| 491 | MG | PORTO FIRME |
| 492 | MG | POUSO ALEGRE |
| 493 | MG | POUSO ALTO |
| 494 | MG | PRATA |
| 495 | MG | PRATÁPOLIS |
| 496 | MG | PRESIDENTE JUSCELINO |
| 497 | MG | PRESIDENTE KUBITSCHEK |
| 498 | MG | PRESIDENTE OLEGÁRIO |
| 499 | MG | RAPOSOS |
| 500 | MG | RAUL SOARES |
| 501 | MG | RECREIO |
| 502 | MG | REDUTO |
| 503 | MG | RESSAQUINHA |
| 504 | MG | RIACHINHO |
| 505 | MG | RIBEIRÃO DAS NEVES |
| 506 | MG | RIO ACIMA |
| 507 | MG | RIO DOCE |
| 508 | MG | RIO MANSO |
| 509 | MG | RIO PARANAÍBA |
| 510 | MG | RIO POMBA |
| 511 | MG | RIO PRETO |
| 512 | MG | RUBIM |
| 513 | MG | SABARÁ |
| 514 | MG | SABINÓPOLIS |
| 515 | MG | SACRAMENTO |
| 516 | MG | SALINAS |
| 517 | MG | SANTA BÁRBARA |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----|----|--------------------------------|
| 518 | MG | SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO |
| 519 | MG | SANTA JULIANA |
| 520 | MG | SANTA LUZIA |
| 521 | MG | SANTA RITA DE CALDAS |
| 522 | MG | SANTA RITA DE IBITIPOCA |
| 523 | MG | SANTA RITA DE JACUTINGA |
| 524 | MG | SANTA RITA DO SAPUCAÍ |
| 525 | MG | SANTA ROSA DA SERRA |
| 526 | MG | SANTA VITÓRIA |
| 527 | MG | SANTANA DO DESERTO |
| 528 | MG | SANTANA DO RIACHO |
| 529 | MG | SANTANA DOS MONTES |
| 530 | MG | SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ |
| 531 | MG | SÃO FRANCISCO DE SALES |
| 532 | MG | SÃO GERALDO |
| 533 | MG | SÃO GERALDO DA PIEDADE |
| 534 | MG | SÃO GONÇALO DO ABAETÉ |
| 535 | MG | SÃO GONÇALO DO PARÁ |
| 536 | MG | SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO |
| 537 | MG | SÃO GONÇALO DO RIO PRETO |
| 538 | MG | SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ |
| 539 | MG | SÃO JOÃO DA MATA |
| 540 | MG | SÃO JOÃO NEPOMUCENO |
| 541 | MG | SÃO JOSÉ DA LAPA |
| 542 | MG | SÃO JOSÉ DO GOIABAL |
| 543 | MG | SÃO LOURENÇO |
| 544 | MG | SÃO MIGUEL DO ANTA |
| 545 | MG | SÃO PEDRO DO SUAÇUÍ |
| 546 | MG | SÃO PEDRO DOS FERROS |
| 547 | MG | SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA |
| 548 | MG | SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE |
| 549 | MG | SÃO SEBASTIÃO DO OESTE |
| 550 | MG | SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO |
| 551 | MG | SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE |
| 552 | MG | SÃO THOMÉ DAS LETRAS |
| 553 | MG | SÃO VICENTE DE MINAS |
| 554 | MG | SAPUCAÍ-MIRIM |
| 555 | MG | SARZEDO |
| 556 | MG | SENADOR AMARAL |
| 557 | MG | SENADOR CORTES |
| 558 | MG | SENADOR FIRMINO |
| 559 | MG | SENADOR JOSÉ BENTO |
| 560 | MG | SENADOR MODESTINO GONÇALVES |
| 561 | MG | SENHORA DE OLIVEIRA |
| 562 | MG | SERRO |
| 563 | MG | SILVIANÓPOLIS |
| 564 | MG | SIMÃO PEREIRA |



ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|----------------------------|
| 565 | MG | SOLEDADE DE MINAS |
| 566 | MG | TAPIRA |
| 567 | MG | TAQUARAÇU DE MINAS |
| 568 | MG | TEIXEIRAS |
| 569 | MG | TOCOS DO MOJI |
| 570 | MG | TOMBOS |
| 571 | MG | TRÊS MARIAS |
| 572 | MG | TUPACIGUARA |
| 573 | MG | TURMALINA |
| 574 | MG | TURVOLÂNDIA |
| 575 | MG | UBÁ |
| 576 | MG | UBERLÂNDIA |
| 577 | MG | UNAÍ |
| 578 | MG | URUANA DE MINAS |
| 579 | MG | URUCÂNIA |
| 580 | MG | VARGEM GRANDE DO RIO PARDO |
| 581 | MG | VARGINHA |
| 582 | MG | VARJÃO DE MINAS |
| 583 | MG | VAZANTE |
| 584 | MG | VEREDINHA |
| 585 | MG | VERÍSSIMO |
| 586 | MG | VIÇOSA |
| 587 | MG | WENCESLAU BRAZ |
| 588 | MS | ÁGUA CLARA |
| 589 | MS | ALCINÓPOLIS |
| 590 | MS | ANAUROLÂNDIA |
| 591 | MS | APARECIDA DO TABOADO |
| 592 | MS | CAMAPUÃ |
| 593 | MS | CAMPO GRANDE |
| 594 | MS | CARACOL |
| 595 | MS | CASSILÂNDIA |
| 596 | MS | CORGUINHO |
| 597 | MS | COSTA RICA |
| 598 | MS | COXIM |
| 599 | MS | DEODÁPOLIS |
| 600 | MS | DOURADINA |
| 601 | MS | DOURADOS |
| 602 | MS | FIGUEIRÃO |
| 603 | MS | IGUATEMI |
| 604 | MS | JARDIM |
| 605 | MS | JATEÍ |
| 606 | MS | MARACAJU |
| 607 | MS | NAVIRAÍ |
| 608 | MS | NOVA ALVORADA DO SUL |
| 609 | MS | PARANAÍBA |
| 610 | MS | RIBAS DO RIO PARDO |
| 611 | MS | ROCHEDO |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----|----|---------------------|
| 612 | MS | SANTA RITA DO PARDO |
| 613 | MS | SELVÍRIA |
| 614 | MS | SIDROLÂNDIA |
| 615 | MS | TACURU |
| 616 | MS | TRÊS LAGOAS |
| 617 | MS | VICENTINA |
| 618 | MT | ALTO ARAGUAIA |
| 619 | MT | BARRA DO GARÇAS |
| 620 | MT | BRASNORTE |
| 621 | MT | CÁCERES |
| 622 | MT | CAMPINÁPOLIS |
| 623 | MT | CUIABÁ |
| 624 | MT | DIAMANTINO |
| 625 | MT | NORTELÂNDIA |
| 626 | MT | NOVA LACERDA |
| 627 | MT | NOVA XAVANTINA |
| 628 | MT | PONTES E LACERDA |
| 629 | MT | PRIMAVERA DO LESTE |
| 630 | MT | QUERÊNCIA |
| 631 | MT | SAPEZAL |
| 632 | MT | SORRISO |
| 633 | PA | ABAETETUBA |
| 634 | PA | AUGUSTO CORRÊA |
| 635 | PA | BAGRE |
| 636 | PA | BELÉM |
| 637 | PA | CASTANHAL |
| 638 | PA | IGARAPÉ-MIRI |
| 639 | PA | MARABÁ |
| 640 | PA | MELGAÇO |
| 641 | PA | PARAUAPEBAS |
| 642 | PA | SANTARÉM |
| 643 | PB | ÁGUA BRANCA |
| 644 | PB | ALAGOA NOVA |
| 645 | PB | ALAGOINHA |
| 646 | PB | AMPARO |
| 647 | PB | AREIA DE BARAÚNAS |
| 648 | PB | AREIAL |
| 649 | PB | ASSUNÇÃO |
| 650 | PB | BANANEIRAS |
| 651 | PB | BARRA DE SANTA ROSA |
| 652 | PB | BELÉM |
| 653 | PB | BOA VISTA |
| 654 | PB | BOM JESUS |
| 655 | PB | BONITO DE SANTA FÉ |
| 656 | PB | BORBOREMA |
| 657 | PB | CABACEIRAS |
| 658 | PB | CABEDELO |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 659 | PB | CACIMBA DE DENTRO |
| 660 | PB | CAJAZEIRAS |
| 661 | PB | CAMALAÚ |
| 662 | PB | CAMPINA GRANDE |
| 663 | PB | CARAÚBAS |
| 664 | PB | CASSERENGUE |
| 665 | PB | CATOLÉ DO ROCHA |
| 666 | PB | CONCEIÇÃO |
| 667 | PB | CONDADO |
| 668 | PB | CONDE |
| 669 | PB | CONGO |
| 670 | PB | COREMAS |
| 671 | PB | COXIXOLA |
| 672 | PB | DESTERRO |
| 673 | PB | DONA INÊS |
| 674 | PB | DUAS ESTRADAS |
| 675 | PB | ESPERANÇA |
| 676 | PB | FAGUNDES |
| 677 | PB | GUARABIRA |
| 678 | PB | GURJÃO |
| 679 | PB | IGARACY |
| 680 | PB | IMACULADA |
| 681 | PB | INGÁ |
| 682 | PB | JOÃO PESSOA |
| 683 | PB | JURIPIRANGA |
| 684 | PB | JURU |
| 685 | PB | LAGOA SECA |
| 686 | PB | LASTRO |
| 687 | PB | LIVRAMENTO |
| 688 | PB | MALTA |
| 689 | PB | MARI |
| 690 | PB | MARIZÓPOLIS |
| 691 | PB | MATURÉIA |
| 692 | PB | MOGEIRO |
| 693 | PB | MONTE HOREBE |
| 694 | PB | MONTEIRO |
| 695 | PB | NAZAREZINHO |
| 696 | PB | OLIVEDOS |
| 697 | PB | OURO VELHO |
| 698 | PB | PARARI |
| 699 | PB | PATOS |
| 700 | PB | PAULISTA |
| 701 | PB | PEDRA BRANCA |
| 702 | PB | PIANCÓ |
| 703 | PB | PILÕES |
| 704 | PB | PILÕEZINHOS |
| 705 | PB | PIRIPITUBA |



ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----|----|----------------------------|
| 706 | PB | POMBAL |
| 707 | PB | PRATA |
| 708 | PB | PRINCESA ISABEL |
| 709 | PB | SALGADINHO |
| 710 | PB | SALGADO DE SÃO FÉLIX |
| 711 | PB | SANTA INÊS |
| 712 | PB | SANTA LUZIA |
| 713 | PB | SANTANA DE MANGUEIRA |
| 714 | PB | SANTO ANDRÉ |
| 715 | PB | SÃO BENTINHO |
| 716 | PB | SÃO DOMINGOS DO CARIRI |
| 717 | PB | SÃO FRANCISCO |
| 718 | PB | SÃO JOÃO DO CARIRI |
| 719 | PB | SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE |
| 720 | PB | SÃO JOÃO DO TIGRE |
| 721 | PB | SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA |
| 722 | PB | SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS |
| 723 | PB | SÃO JOSÉ DE PRINCESA |
| 724 | PB | SÃO JOSÉ DO SABUGI |
| 725 | PB | SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS |
| 726 | PB | SÃO JOSÉ DOS RAMOS |
| 727 | PB | SÃO MAMEDE |
| 728 | PB | SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO |
| 729 | PB | SERRARIA |
| 730 | PB | SOLÂNEA |
| 731 | PB | SOLEDADE |
| 732 | PB | SOUZA |
| 733 | PB | SUMÉ |
| 734 | PB | TAPEROÁ |
| 735 | PB | TAVARES |
| 736 | PB | TEIXEIRA |
| 737 | PB | TENÓRIO |
| 738 | PB | VÁRZEA |
| 739 | PB | VIEIRÓPOLIS |
| 740 | PB | VISTA SERRANA |
| 741 | PB | ZABELÊ |
| 742 | PE | ÁGUA PRETA |
| 743 | PE | ALIANÇA |
| 744 | PE | ANGELIM |
| 745 | PE | ARAÇOIABA |
| 746 | PE | ARCOVERDE |
| 747 | PE | BARRA DE GUABIRABA |
| 748 | PE | BARREIROS |
| 749 | PE | BELO JARDIM |
| 750 | PE | BOM CONSELHO |
| 751 | PE | BOM JARDIM |
| 752 | PE | BONITO |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 753 | PE | BREJINHO |
| 754 | PE | BREJO DA MADRE DE DEUS |
| 755 | PE | BUENOS AIRES |
| 756 | PE | CABO DE SANTO AGOSTINHO |
| 757 | PE | CABROBÓ |
| 758 | PE | CACHOEIRINHA |
| 759 | PE | CAMARAGIBE |
| 760 | PE | CAMOCIM DE SÃO FÉLIX |
| 761 | PE | CANHOTINHO |
| 762 | PE | CAPOEIRAS |
| 763 | PE | CARNAÍBA |
| 764 | PE | CARUARU |
| 765 | PE | CASINHAS |
| 766 | PE | CONDADO |
| 767 | PE | CUSTÓDIA |
| 768 | PE | EXU |
| 769 | PE | FERREIROS |
| 770 | PE | FLORES |
| 771 | PE | FLORESTA |
| 772 | PE | GAMELEIRA |
| 773 | PE | GARANHUNS |
| 774 | PE | GLÓRIA DO GOITÁ |
| 775 | PE | GOIANA |
| 776 | PE | GRANITO |
| 777 | PE | IATI |
| 778 | PE | IGUARACY |
| 779 | PE | INGAZEIRA |
| 780 | PE | IPOJUCA |
| 781 | PE | ITAÍBA |
| 782 | PE | ITAPETIM |
| 783 | PE | JABOTÃ DOS GUARARAPES |
| 784 | PE | JATOBÁ |
| 785 | PE | JUPI |
| 786 | PE | LAJEDO |
| 787 | PE | MACAPARANA |
| 788 | PE | MACHADOS |
| 789 | PE | MIRANDIBA |
| 790 | PE | MORENO |
| 791 | PE | NAZARÉ DA MATA |
| 792 | PE | OLINDA |
| 793 | PE | OROBÓ |
| 794 | PE | OROCÓ |
| 795 | PE | PALMARES |
| 796 | PE | PANELAS |
| 797 | PE | PAULISTA |
| 798 | PE | PESQUEIRA |
| 799 | PE | PETROLÂNDIA |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 800 | PE | PETROLINA |
| 801 | PE | POÇÃO |
| 802 | PE | POMBOS |
| 803 | PE | QUIPAPÁ |
| 804 | PE | QUIXABA |
| 805 | PE | RECIFE |
| 806 | PE | RIACHO DAS ALMAS |
| 807 | PE | SANTA CRUZ |
| 808 | PE | SANTA CRUZ DO CABIBARIBE |
| 809 | PE | SANTA MARIA DO CAMBUCÁ |
| 810 | PE | SANTA TEREZINHA |
| 811 | PE | SÃO BENTO DO UNA |
| 812 | PE | SÃO CAITANO |
| 813 | PE | SÃO JOSÉ DO BELMONTE |
| 814 | PE | SÃO JOSÉ DO EGITO |
| 815 | PE | SÃO VICENTE FERRER |
| 816 | PE | SERRA TALHADA |
| 817 | PE | SERTÂNIA |
| 818 | PE | SURUBIM |
| 819 | PE | TABIRA |
| 820 | PE | TACARATU |
| 821 | PE | TAMANDARÉ |
| 822 | PE | TORITAMA |
| 823 | PE | TRACUNHAÉM |
| 824 | PE | TUPARETAMA |
| 825 | PE | VENTUROSA |
| 826 | PE | VERDEJANTE |
| 827 | PE | VITÓRIA DE SANTO ANTÃO |
| 828 | PI | ÁGUA BRANCA |
| 829 | PI | ANGICAL DO PIAUÍ |
| 830 | PI | AVELINO LOPES |
| 831 | PI | BATALHA |
| 832 | PI | BENEDITINOS |
| 833 | PI | BOM JESUS |
| 834 | PI | CURIMATÁ |
| 835 | PI | CURRAL NOVO DO PIAUÍ |
| 836 | PI | JOSÉ DE FREITAS |
| 837 | PI | LUÍS CORREIA |
| 838 | PI | MANOEL EMÍDIO |
| 839 | PI | MARCOLÂNDIA |
| 840 | PI | PICOS |
| 841 | PI | PIMENTEIRAS |
| 842 | PI | PIRIPIRI |
| 843 | PI | SÃO FÉLIX DO PIAUÍ |
| 844 | PI | SÃO JOÃO DO ARRAIAL |
| 845 | PI | SÃO JOSÉ DO DIVINO |
| 846 | PI | SÃO PEDRO DO PIAUÍ |

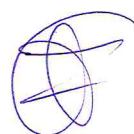
ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 847 | PI | SEBASTIÃO LEAL |
| 848 | PI | SIGEFREDO PACHECO |
| 849 | PI | TERESINA |
| 850 | PR | ADRIANÓPOLIS |
| 851 | PR | AGUDOS DO SUL |
| 852 | PR | ALMIRANTE TAMANDARÉ |
| 853 | PR | ALTAMIRA DO PARANÁ |
| 854 | PR | ALTÔNIA |
| 855 | PR | ALVORADA DO SUL |
| 856 | PR | AMPÉRE |
| 857 | PR | ANAHY |
| 858 | PR | ANDIRÁ |
| 859 | PR | ÂNGULO |
| 860 | PR | ANTONINA |
| 861 | PR | APUCARANA |
| 862 | PR | ARAPOTI |
| 863 | PR | ARAPUÃ |
| 864 | PR | ARARUNA |
| 865 | PR | ARAUCÁRIA |
| 866 | PR | ASSIS CHATEAUBRIAND |
| 867 | PR | ASTORGA |
| 868 | PR | ATALAIA |
| 869 | PR | BALSA NOVA |
| 870 | PR | BANDEIRANTES |
| 871 | PR | BARBOSA FERRAZ |
| 872 | PR | BARRA DO JACARÉ |
| 873 | PR | BELA VISTA DA CAROBA |
| 874 | PR | BELA VISTA DO PARAÍSO |
| 875 | PR | BITURUNA |
| 876 | PR | BOA ESPERANÇA |
| 877 | PR | BOA VENTURA DE SÃO ROQUE |
| 878 | PR | BOCAIÚVA DO SUL |
| 879 | PR | BOM SUCESSO |
| 880 | PR | BORRAZÓPOLIS |
| 881 | PR | BRAGANEY |
| 882 | PR | BRASILÂNDIA DO SUL |
| 883 | PR | CAFEARA |
| 884 | PR | CAFELÂNDIA |
| 885 | PR | CAFEZAL DO SUL |
| 886 | PR | CALIFÓRNIA |
| 887 | PR | CAMBARÁ |
| 888 | PR | CAMBIRA |
| 889 | PR | CAMPINA DA LAGOA |
| 890 | PR | CAMPINA DO SIMÃO |
| 891 | PR | CAMPINA GRANDE DO SUL |
| 892 | PR | CAMPO BONITO |
| 893 | PR | CAMPO DO TENENTE |



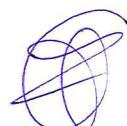
ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 894 | PR | CAMPO LARGO |
| 895 | PR | CAMPO MAGRO |
| 896 | PR | CAMPO MOURÃO |
| 897 | PR | CÂNDIDO DE ABREU |
| 898 | PR | CAPANEMA |
| 899 | PR | CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES |
| 900 | PR | CARAMBEÍ |
| 901 | PR | CARLÓPOLIS |
| 902 | PR | CASCABEL |
| 903 | PR | CASTRO |
| 904 | PR | CENTENÁRIO DO SUL |
| 905 | PR | CERRO AZUL |
| 906 | PR | CIANORTE |
| 907 | PR | CIDADE GAÚCHA |
| 908 | PR | CLEVELÂNDIA |
| 909 | PR | COLOMBO |
| 910 | PR | CONSELHEIRO MAIRINCK |
| 911 | PR | CONTENDA |
| 912 | PR | CORBÉLIA |
| 913 | PR | CORNÉLIO PROCÓPIO |
| 914 | PR | CORONEL DOMINGOS SOARES |
| 915 | PR | CORUMBATAÍ DO SUL |
| 916 | PR | CRUZEIRO DO SUL |
| 917 | PR | CURITIBA |
| 918 | PR | DIAMANTE DO NORTE |
| 919 | PR | DIAMANTE DO SUL |
| 920 | PR | DIAMANTE D'OESTE |
| 921 | PR | DOUTOR ULYSSES |
| 922 | PR | ENGENHEIRO BELTRÃO |
| 923 | PR | ENTRE RIOS DO OESTE |
| 924 | PR | FAROL |
| 925 | PR | FAXINAL |
| 926 | PR | FAZENDA RIO GRANDE |
| 927 | PR | FÊNIX |
| 928 | PR | FERNANDES PINHEIRO |
| 929 | PR | FIGUEIRA |
| 930 | PR | FLOR DA SERRA DO SUL |
| 931 | PR | FLORAÍ |
| 932 | PR | FLORESTA |
| 933 | PR | FLÓRIDA |
| 934 | PR | FORMOSA DO OESTE |
| 935 | PR | FOZ DO IGUAÇU |
| 936 | PR | GENERAL CARNEIRO |
| 937 | PR | GOIOERÊ |
| 938 | PR | GUAÍRA |
| 939 | PR | GUAMIRANGA |
| 940 | PR | GUAPIRAMA |



ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 941 | PR | GUARANIAÇU |
| 942 | PR | GUARAPUAVA |
| 943 | PR | GUARQUEÇABA |
| 944 | PR | GUARATUBA |
| 945 | PR | IBAITI |
| 946 | PR | IBEMA |
| 947 | PR | IGUARAÇU |
| 948 | PR | IGUATU |
| 949 | PR | IMBAÚ |
| 950 | PR | INÁCIO MARTINS |
| 951 | PR | INAJÁ |
| 952 | PR | INDIANÓPOLIS |
| 953 | PR | IPIRANGA |
| 954 | PR | IRACEMA DO OESTE |
| 955 | PR | IRATI |
| 956 | PR | IRETAMA |
| 957 | PR | ITAGUAJÉ |
| 958 | PR | ITAMBÉ |
| 959 | PR | IVAI |
| 960 | PR | IVAIPORÃ |
| 961 | PR | IVATUBA |
| 962 | PR | JACAREZINHO |
| 963 | PR | JAGUAPITÃ |
| 964 | PR | JAGUARIAÍVA |
| 965 | PR | JANDAIA DO SUL |
| 966 | PR | JANIÓPOLIS |
| 967 | PR | JAPURÁ |
| 968 | PR | JARDIM ALEGRE |
| 969 | PR | JESUÍTAS |
| 970 | PR | JURANDA |
| 971 | PR | JUSSARA |
| 972 | PR | LAPA |
| 973 | PR | LIDIANÓPOLIS |
| 974 | PR | LINDOESTE |
| 975 | PR | LONDRINA |
| 976 | PR | LUIZIANA |
| 977 | PR | MAMBORÊ |
| 978 | PR | MANDAGUAÇU |
| 979 | PR | MANDAGUARI |
| 980 | PR | MANDIRITUBA |
| 981 | PR | MANOEL RIBAS |
| 982 | PR | MARECHAL CÂNDIDO RONDON |
| 983 | PR | MARIALVA |
| 984 | PR | MARILÂNDIA DO SUL |
| 985 | PR | MARINGÁ |
| 986 | PR | MARIPÁ |
| 987 | PR | MATELÂNDIA |



ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 988 | PR | MATINHOS |
| 989 | PR | MATO RICO |
| 990 | PR | MAUÁ DA SERRA |
| 991 | PR | MEDIANEIRA |
| 992 | PR | MERCEDES |
| 993 | PR | MIRADOR |
| 994 | PR | MIRASELVA |
| 995 | PR | MISSAL |
| 996 | PR | MOREIRA SALES |
| 997 | PR | MORRETES |
| 998 | PR | MUNHOZ DE MELO |
| 999 | PR | NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS |
| 1.000 | PR | NOVA AURORA |
| 1.001 | PR | NOVA CANTU |
| 1.002 | PR | NOVA ESPERANÇA |
| 1.003 | PR | NOVA LONDRINA |
| 1.004 | PR | NOVA PRATA DO IGUAÇU |
| 1.005 | PR | NOVA SANTA BÁRBARA |
| 1.006 | PR | NOVA SANTA ROSA |
| 1.007 | PR | NOVA TEBAS |
| 1.008 | PR | NOVO ITACOLOMI |
| 1.009 | PR | ORTIGUEIRA |
| 1.010 | PR | OURIZONA |
| 1.011 | PR | OURO VERDE DO OESTE |
| 1.012 | PR | PAIÇANDU |
| 1.013 | PR | PALMAS |
| 1.014 | PR | PALMEIRA |
| 1.015 | PR | PALOTINA |
| 1.016 | PR | PARAÍSO DO NORTE |
| 1.017 | PR | PARANACITY |
| 1.018 | PR | PARANAGUÁ |
| 1.019 | PR | PARANAVAÍ |
| 1.020 | PR | PAULA FREITAS |
| 1.021 | PR | PEABIRU |
| 1.022 | PR | PIÊN |
| 1.023 | PR | PINHAIS |
| 1.024 | PR | PINHÃO |
| 1.025 | PR | PIRAÍ DO SUL |
| 1.026 | PR | PIRAQUARA |
| 1.027 | PR | PITANGA |
| 1.028 | PR | PLANALTINA DO PARANÁ |
| 1.029 | PR | PONTA GROSSA |
| 1.030 | PR | PONTAL DO PARANÁ |
| 1.031 | PR | PORECATU |
| 1.032 | PR | PORTO AMAZONAS |
| 1.033 | PR | PORTO BARREIRO |
| 1.034 | PR | PRADO FERREIRA |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|-----------------------------|
| 1.035 | PR | PRANCHITA |
| 1.036 | PR | PRESIDENTE CASTELO BRANCO |
| 1.037 | PR | PRUDENTÓPOLIS |
| 1.038 | PR | QUARTO CENTENÁRIO |
| 1.039 | PR | QUATRO BARRAS |
| 1.040 | PR | QUATRO PONTES |
| 1.041 | PR | QUINTA DO SOL |
| 1.042 | PR | QUITANDINHA |
| 1.043 | PR | RANCHO ALEGRE |
| 1.044 | PR | RANCHO ALEGRE D'OESTE |
| 1.045 | PR | REBOUÇAS |
| 1.046 | PR | RESERVA |
| 1.047 | PR | RIBEIRÃO DO PINHAL |
| 1.048 | PR | RIO AZUL |
| 1.049 | PR | RIO BRANCO DO SUL |
| 1.050 | PR | RIO NEGRO |
| 1.051 | PR | ROLÂNDIA |
| 1.052 | PR | RONCADOR |
| 1.053 | PR | RONDON |
| 1.054 | PR | SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO |
| 1.055 | PR | SANTA FÉ |
| 1.056 | PR | SANTA INÊS |
| 1.057 | PR | SANTA ISABEL DO IVAÍ |
| 1.058 | PR | SANTA MARIA DO OESTE |
| 1.059 | PR | SANTA MARIANA |
| 1.060 | PR | SANTA MÔNICA |
| 1.061 | PR | SANTA TEREZA DO OESTE |
| 1.062 | PR | SANTA TEREZINHA DE ITAIPU |
| 1.063 | PR | SANTANA DO ITARARÉ |
| 1.064 | PR | SANTO ANTÔNIO DA PLATINA |
| 1.065 | PR | SÃO CARLOS DO IVAÍ |
| 1.066 | PR | SÃO JOÃO DO CAIUÁ |
| 1.067 | PR | SÃO JOÃO DO IVAÍ |
| 1.068 | PR | SÃO JOÃO DO TRIUNFO |
| 1.069 | PR | SÃO JORGE DO IVAÍ |
| 1.070 | PR | SÃO JORGE D'OESTE |
| 1.071 | PR | SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS |
| 1.072 | PR | SÃO JOSÉ DOS PINHAIS |
| 1.073 | PR | SÃO MANOEL DO PARANÁ |
| 1.074 | PR | SÃO MATEUS DO SUL |
| 1.075 | PR | SÃO MIGUEL DO IGUAÇU |
| 1.076 | PR | SÃO PEDRO DO PARANÁ |
| 1.077 | PR | SÃO TOMÉ |
| 1.078 | PR | SAUDADE DO IGUAÇU |
| 1.079 | PR | SENGÉS |
| 1.080 | PR | SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU |
| 1.081 | PR | SERTANEJA |



ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-------|----|-----------------------------|
| 1.082 | PR | SERTANÓPOLIS |
| 1.083 | PR | TAMARANA |
| 1.084 | PR | TEIXEIRA SOARES |
| 1.085 | PR | TELÊMACO BORBA |
| 1.086 | PR | TERRA BOA |
| 1.087 | PR | TERRA RICA |
| 1.088 | PR | TERRA ROXA |
| 1.089 | PR | TIBAGI |
| 1.090 | PR | TIJUCAS DO SUL |
| 1.091 | PR | TOLEDO |
| 1.092 | PR | TUNAS DO PARANÁ |
| 1.093 | PR | TUNEIRAS DO OESTE |
| 1.094 | PR | UBIRATÃ |
| 1.095 | PR | UMUARAMA |
| 1.096 | PR | UNIÃO DA VITÓRIA |
| 1.097 | PR | UNIFLOR |
| 1.098 | PR | URAI |
| 1.099 | PR | VENTANIA |
| 1.100 | PR | WENCESLAU BRAZ |
| 1.101 | RJ | ANGRA DOS REIS |
| 1.102 | RJ | AREAL |
| 1.103 | RJ | ARRAIAL DO CABO |
| 1.104 | RJ | BARRA DO PIRAI |
| 1.105 | RJ | BARRA MANSA |
| 1.106 | RJ | CABO FRIO |
| 1.107 | RJ | CACHOEIRAS DE MACACU |
| 1.108 | RJ | CAMPOS DOS GOYTACAZES |
| 1.109 | RJ | CANTAGALO |
| 1.110 | RJ | CARAPEBUS |
| 1.111 | RJ | CARDOSO MOREIRA |
| 1.112 | RJ | CASIMIRO DE ABREU |
| 1.113 | RJ | COMENDADOR LEVY GASPARIAN |
| 1.114 | RJ | CONCEIÇÃO DE MACABU |
| 1.115 | RJ | CORDEIRO |
| 1.116 | RJ | ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN |
| 1.117 | RJ | IGUABA GRANDE |
| 1.118 | RJ | ITALVA |
| 1.119 | RJ | JAPERI |
| 1.120 | RJ | LAJE DO MURIAÉ |
| 1.121 | RJ | MACAÉ |
| 1.122 | RJ | MACUCO |
| 1.123 | RJ | MARICÁ |
| 1.124 | RJ | MENDES |
| 1.125 | RJ | MESQUITA |
| 1.126 | RJ | MIGUEL PEREIRA |
| 1.127 | RJ | NITERÓI |
| 1.128 | RJ | NOVA FRIBURGO |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 1.129 | RJ | PARAIBA DO SUL |
| 1.130 | RJ | PARATY |
| 1.131 | RJ | PATY DO ALFERES |
| 1.132 | RJ | PETRÓPOLIS |
| 1.133 | RJ | PINHEIRAL |
| 1.134 | RJ | PIRAÍ |
| 1.135 | RJ | PORCIÚNCULA |
| 1.136 | RJ | QUATIS |
| 1.137 | RJ | QUISSAMÃ |
| 1.138 | RJ | RESENDE |
| 1.139 | RJ | RIO BONITO |
| 1.140 | RJ | RIO DAS OSTRAS |
| 1.141 | RJ | RIO DE JANEIRO |
| 1.142 | RJ | SANTA MARIA MADALENA |
| 1.143 | RJ | SÃO FIDÉLIS |
| 1.144 | RJ | SÃO JOÃO DA BARRA |
| 1.145 | RJ | SÃO JOÃO DE MERITI |
| 1.146 | RJ | SAPUCAIA |
| 1.147 | RJ | SAQUAREMA |
| 1.148 | RJ | SEROPÉDICA |
| 1.149 | RJ | SILVA JARDIM |
| 1.150 | RJ | TANGUÁ |
| 1.151 | RJ | TERESÓPOLIS |
| 1.152 | RJ | TRÊS RIOS |
| 1.153 | RJ | VALENÇA |
| 1.154 | RJ | VARRE-SAI |
| 1.155 | RJ | VASSOURAS |
| 1.156 | RJ | VOLTA REDONDA |
| 1.157 | RN | ALTO DO RODRIGUES |
| 1.158 | RN | APODI |
| 1.159 | RN | ASSÚ |
| 1.160 | RN | CAICÓ |
| 1.161 | RN | ITAÚ |
| 1.162 | RN | JARDIM DO SERIDÓ |
| 1.163 | RN | SANTA MARIA |
| 1.164 | RN | SERRA NEGRA DO NORTE |
| 1.165 | RN | UMARIZAL |
| 1.166 | RO | ARIQUEMES |
| 1.167 | RO | CUJUBIM |
| 1.168 | RO | PORTO VELHO |
| 1.169 | RR | BOA VISTA |
| 1.170 | RR | MUCAJAI |
| 1.171 | RS | AGUDO |
| 1.172 | RS | ALEGRETE |
| 1.173 | RS | ARARICÁ |
| 1.174 | RS | ARROIO DO MEIO |
| 1.175 | RS | ARROIO DO SAL |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 1.176 | RS | ARROIO GRANDE |
| 1.177 | RS | ARVOREZINHA |
| 1.178 | RS | ÁUREA |
| 1.179 | RS | BAGÉ |
| 1.180 | RS | BARÃO DE COTEGIPE |
| 1.181 | RS | BARÃO DO TRIUNFO |
| 1.182 | RS | BARRA FUNDA |
| 1.183 | RS | BENJAMIN CONSTANT DO SUL |
| 1.184 | RS | BENTO GONÇALVES |
| 1.185 | RS | BOM RETIRO DO SUL |
| 1.186 | RS | BUTIÁ |
| 1.187 | RS | CAÇAPAVA DO SUL |
| 1.188 | RS | CACEQUI |
| 1.189 | RS | CACHOEIRA DO SUL |
| 1.190 | RS | CACHOEIRINHA |
| 1.191 | RS | CAIÇARA |
| 1.192 | RS | CAMPESTRE DA SERRA |
| 1.193 | RS | CAMPINAS DO SUL |
| 1.194 | RS | CAMPO BOM |
| 1.195 | RS | CANDELÁRIA |
| 1.196 | RS | CANGUÇU |
| 1.197 | RS | CANOAS |
| 1.198 | RS | CAPÃO BONITO DO SUL |
| 1.199 | RS | CAPÃO DA CANOA |
| 1.200 | RS | CAPELA DE SANTANA |
| 1.201 | RS | CARAÁ |
| 1.202 | RS | CARLOS BARBOSA |
| 1.203 | RS | CARLOS GOMES |
| 1.204 | RS | CATUÍPE |
| 1.205 | RS | CERRITO |
| 1.206 | RS | CERRO LARGO |
| 1.207 | RS | CHAPADA |
| 1.208 | RS | CHARRUA |
| 1.209 | RS | CHIAPETTA |
| 1.210 | RS | CHUÍ |
| 1.211 | RS | CHUVISCA |
| 1.212 | RS | CIDREIRA |
| 1.213 | RS | COQUEIROS DO SUL |
| 1.214 | RS | CRUZALTENSE |
| 1.215 | RS | DOIS IRMÃOS |
| 1.216 | RS | DOM FELICIANO |
| 1.217 | RS | DOM PEDRITO |
| 1.218 | RS | ENTRE-IJUÍS |
| 1.219 | RS | EREBANGO |
| 1.220 | RS | ERECHIM |
| 1.221 | RS | ERVAL GRANDE |
| 1.222 | RS | ESTAÇÃO |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 1.223 | RS | ESTÂNCIA VELHA |
| 1.224 | RS | ESTEIO |
| 1.225 | RS | ESTRELA |
| 1.226 | RS | ESTRELA VELHA |
| 1.227 | RS | FARROUPILHA |
| 1.228 | RS | FAXINALZINHO |
| 1.229 | RS | FLORES DA CUNHA |
| 1.230 | RS | FLORIANO PEIXOTO |
| 1.231 | RS | GAURAMA |
| 1.232 | RS | GENERAL CÂMARA |
| 1.233 | RS | GETÚLIO VARGAS |
| 1.234 | RS | GRAMADO |
| 1.235 | RS | GUAÍBA |
| 1.236 | RS | IGREJINHA |
| 1.237 | RS | IJUÍ |
| 1.238 | RS | IMBÉ |
| 1.239 | RS | IPIRANGA DO SUL |
| 1.240 | RS | ITACURUBI |
| 1.241 | RS | ITATI |
| 1.242 | RS | ITATIBA DO SUL |
| 1.243 | RS | IVOTI |
| 1.244 | RS | JACUTINGA |
| 1.245 | RS | JAGUARI |
| 1.246 | RS | JÓIA |
| 1.247 | RS | LAJEADO |
| 1.248 | RS | LAVRAS DO SUL |
| 1.249 | RS | LINDOLFO COLLOR |
| 1.250 | RS | MAÇAMBARÁ |
| 1.251 | RS | MAQUINÉ |
| 1.252 | RS | MARAU |
| 1.253 | RS | MARCELINO RAMOS |
| 1.254 | RS | MARIANO MORO |
| 1.255 | RS | MATA |
| 1.256 | RS | MATO QUEIMADO |
| 1.257 | RS | MONTE ALEGRE DOS CAMPOS |
| 1.258 | RS | MONTENEGRO |
| 1.259 | RS | MORRO REUTER |
| 1.260 | RS | MOSTARDAS |
| 1.261 | RS | MUITOS CAPÕES |
| 1.262 | RS | NICOLAU VERGUEIRO |
| 1.263 | RS | NOVA BOA VISTA |
| 1.264 | RS | NOVA ESPERANÇA DO SUL |
| 1.265 | RS | NOVA HARTZ |
| 1.266 | RS | NOVA PÁDUA |
| 1.267 | RS | NOVA PETRÓPOLIS |
| 1.268 | RS | NOVO HAMBURGO |
| 1.269 | RS | PAROBÉ |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|---------------------------|
| 1.270 | RS | PASSO FUNDO |
| 1.271 | RS | PAULO BENTO |
| 1.272 | RS | PAVERAMA |
| 1.273 | RS | PELOTAS |
| 1.274 | RS | PICADA CAFÉ |
| 1.275 | RS | PINHAL DA SERRA |
| 1.276 | RS | PINHEIRO MACHADO |
| 1.277 | RS | PONTE PRETA |
| 1.278 | RS | PORTÃO |
| 1.279 | RS | PORTO ALEGRE |
| 1.280 | RS | PRESIDENTE LUCENA |
| 1.281 | RS | PROTÁSIO ALVES |
| 1.282 | RS | QUATRO IRMÃOS |
| 1.283 | RS | RIO GRANDE |
| 1.284 | RS | RIOZINHO |
| 1.285 | RS | ROLADOR |
| 1.286 | RS | ROLANTE |
| 1.287 | RS | SALTO DO JACUÍ |
| 1.288 | RS | SANTA MARIA |
| 1.289 | RS | SANTA MARIA DO HERVAL |
| 1.290 | RS | SANTA ROSA |
| 1.291 | RS | SANTANA DA BOA VISTA |
| 1.292 | RS | SANTANA DO LIVRAMENTO |
| 1.293 | RS | SANTO ÂNGELO |
| 1.294 | RS | SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA |
| 1.295 | RS | SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO |
| 1.296 | RS | SÃO FRANCISCO DE ASSIS |
| 1.297 | RS | SÃO FRANCISCO DE PAULA |
| 1.298 | RS | SÃO JERÔNIMO |
| 1.299 | RS | SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO |
| 1.300 | RS | SÃO LEOPOLDO |
| 1.301 | RS | SÃO MIGUEL DAS MISSÕES |
| 1.302 | RS | SÃO PAULO DAS MISSÕES |
| 1.303 | RS | SÃO SEPÉ |
| 1.304 | RS | SAPIRANGA |
| 1.305 | RS | SAPUCAIA DO SUL |
| 1.306 | RS | SARANDI |
| 1.307 | RS | TAQUARA |
| 1.308 | RS | TAVARES |
| 1.309 | RS | TEUTÔNIA |
| 1.310 | RS | TORRES |
| 1.311 | RS | TRÊS ARROIOS |
| 1.312 | RS | TRÊS COROAS |
| 1.313 | RS | TRIUNFO |
| 1.314 | RS | TUPANCIRETÃ |
| 1.315 | RS | URUGUAIANA |
| 1.316 | RS | VACARIA |



ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 1.317 | RS | VANINI |
| 1.318 | RS | VENÂNCIO AIRES |
| 1.319 | RS | VIADUTOS |
| 1.320 | RS | XANGRI-LÁ |
| 1.321 | SC | ÁGUA DOCE |
| 1.322 | SC | BALNEÁRIO CAMBORIÚ |
| 1.323 | SC | BLUMENAU |
| 1.324 | SC | BRAÇO DO NORTE |
| 1.325 | SC | CRICIÚMA |
| 1.326 | SC | FLORIANÓPOLIS |
| 1.327 | SC | GRAVATAL |
| 1.328 | SC | IRACEMINHA |
| 1.329 | SC | IRINEÓPOLIS |
| 1.330 | SC | ITAJAÍ |
| 1.331 | SC | JARAGUÁ DO SUL |
| 1.332 | SC | JOAÇABA |
| 1.333 | SC | JOINVILLE |
| 1.334 | SC | LAGES |
| 1.335 | SC | LUZERNA |
| 1.336 | SC | MATOS COSTA |
| 1.337 | SC | OURO VERDE |
| 1.338 | SC | PALHOÇA |
| 1.339 | SC | PALMA SOLA |
| 1.340 | SC | PAPANDUVA |
| 1.341 | SC | PEDRAS GRANDES |
| 1.342 | SC | PORTO UNIÃO |
| 1.343 | SC | SANGÃO |
| 1.344 | SC | TREZE TÍLIAS |
| 1.345 | SC | TUBARÃO |
| 1.346 | SC | VARGEM BONITA |
| 1.347 | SE | ARACAJU |
| 1.348 | SE | BARRA DOS COQUEIROS |
| 1.349 | SE | CAPELA |
| 1.350 | SE | CARMÓPOLIS |
| 1.351 | SE | ITABAIANA |
| 1.352 | SE | ITAPORANGA D'AJUDA |
| 1.353 | SE | LAGARTO |
| 1.354 | SE | NOSSA SENHORA DO SOCORRO |
| 1.355 | SE | SÃO CRISTÓVÃO |
| 1.356 | SE | SÃO FRANCISCO |
| 1.357 | SP | AGUAÍ |
| 1.358 | SP | ÁGUAS DA PRATA |
| 1.359 | SP | ÁGUAS DE LINDÓIA |
| 1.360 | SP | ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA |
| 1.361 | SP | ÁGUAS DE SÃO PEDRO |
| 1.362 | SP | AGUDOS |
| 1.363 | SP | ALFREDO MARCONDES |



ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 1.364 | SP | ALTINÓPOLIS |
| 1.365 | SP | ALTO ALEGRE |
| 1.366 | SP | ALUMÍNIO |
| 1.367 | SP | ÁLVARES MACHADO |
| 1.368 | SP | ÁLVARO DE CARVALHO |
| 1.369 | SP | AMERICANA |
| 1.370 | SP | AMÉRICO BRASILIENSE |
| 1.371 | SP | AMPARO |
| 1.372 | SP | ANGATUBA |
| 1.373 | SP | APARECIDA |
| 1.374 | SP | APIAÍ |
| 1.375 | SP | ARAÇATUBA |
| 1.376 | SP | ARAÇOIABA DA SERRA |
| 1.377 | SP | ARAMINA |
| 1.378 | SP | ARANDU |
| 1.379 | SP | ARAPEÍ |
| 1.380 | SP | ARARAQUARA |
| 1.381 | SP | ARARAS |
| 1.382 | SP | ARCO-ÍRIS |
| 1.383 | SP | AREALVA |
| 1.384 | SP | AREIAS |
| 1.385 | SP | AREIÓPOLIS |
| 1.386 | SP | ARIRANHA |
| 1.387 | SP | ARTUR NOGUEIRA |
| 1.388 | SP | ARUJÁ |
| 1.389 | SP | ATIBAIA |
| 1.390 | SP | AVANHANDAVA |
| 1.391 | SP | BALBINOS |
| 1.392 | SP | BÁLSAMO |
| 1.393 | SP | BANANAL |
| 1.394 | SP | BARÃO DE ANTONINA |
| 1.395 | SP | BARBOSA |
| 1.396 | SP | BARIRI |
| 1.397 | SP | BARRA BONITA |
| 1.398 | SP | BARRETOS |
| 1.399 | SP | BASTOS |
| 1.400 | SP | BAURU |
| 1.401 | SP | BEBEDOURO |
| 1.402 | SP | BENTO DE ABREU |
| 1.403 | SP | BOA ESPERANÇA DO SUL |
| 1.404 | SP | BOCAINA |
| 1.405 | SP | BOFETE |
| 1.406 | SP | BOITUVA |
| 1.407 | SP | BOM JESUS DOS PERDÕES |
| 1.408 | SP | BOM SUCESSO DE ITARARÉ |
| 1.409 | SP | BORACÉIA |
| 1.410 | SP | BOREBI |



ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-------|----|-------------------------|
| 1.411 | SP | BOTUCATU |
| 1.412 | SP | BRAGANÇA PAULISTA |
| 1.413 | SP | BRODOWSKI |
| 1.414 | SP | BROTAS |
| 1.415 | SP | BURI |
| 1.416 | SP | BURITAMA |
| 1.417 | SP | BURITIZAL |
| 1.418 | SP | CABREÚVA |
| 1.419 | SP | CAÇAPAVA |
| 1.420 | SP | CACHOEIRA PAULISTA |
| 1.421 | SP | CACONDE |
| 1.422 | SP | CAFELÂNDIA |
| 1.423 | SP | CAIABU |
| 1.424 | SP | CAJAMAR |
| 1.425 | SP | CAMPINA DO MONTE ALEGRE |
| 1.426 | SP | CAMPINAS |
| 1.427 | SP | CAMPO LIMPO PAULISTA |
| 1.428 | SP | CANAS |
| 1.429 | SP | CAPÃO BONITO |
| 1.430 | SP | CAPELA DO ALTO |
| 1.431 | SP | CAPIVARI |
| 1.432 | SP | CARAGUATATUBA |
| 1.433 | SP | CARAPICUÍBA |
| 1.434 | SP | CÁSSIA DOS COQUEIROS |
| 1.435 | SP | CATANDUVA |
| 1.436 | SP | CHARQUEADA |
| 1.437 | SP | CHAVANTES |
| 1.438 | SP | COLINA |
| 1.439 | SP | COLÔMBIA |
| 1.440 | SP | CONCHAL |
| 1.441 | SP | CONCHAS |
| 1.442 | SP | CORDEIRÓPOLIS |
| 1.443 | SP | CORONEL MACEDO |
| 1.444 | SP | COSMÓPOLIS |
| 1.445 | SP | COTIA |
| 1.446 | SP | CRAVINHOS |
| 1.447 | SP | CRISTAIS PAULISTA |
| 1.448 | SP | CRUZEIRO |
| 1.449 | SP | CUBATÃO |
| 1.450 | SP | CUNHA |
| 1.451 | SP | DESCALVADO |
| 1.452 | SP | DIADEMA |
| 1.453 | SP | DIVINOLÂNDIA |
| 1.454 | SP | DOIS CÓRREGOS |
| 1.455 | SP | DOURADO |
| 1.456 | SP | DRACENA |
| 1.457 | SP | DUARTINA |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 1.458 | SP | DUMONT |
| 1.459 | SP | ECHAPORÃ |
| 1.460 | SP | EMBU DAS ARTES |
| 1.461 | SP | ESPÍRITO SANTO DO PINHAL |
| 1.462 | SP | ESPÍRITO SANTO DO TURVO |
| 1.463 | SP | ESTIVA GERBI |
| 1.464 | SP | ESTRELA DO NORTE |
| 1.465 | SP | FARTURA |
| 1.466 | SP | FERNANDO PRESTES |
| 1.467 | SP | FERNANDÓPOLIS |
| 1.468 | SP | FERRAZ DE VASCONCELOS |
| 1.469 | SP | FLÓRIDA PAULISTA |
| 1.470 | SP | FRANCA |
| 1.471 | SP | FRANCISCO MORATO |
| 1.472 | SP | FRANCO DA ROCHA |
| 1.473 | SP | GAVIÃO PEIXOTO |
| 1.474 | SP | GENERAL SALGADO |
| 1.475 | SP | GETULINA |
| 1.476 | SP | GUAIÇARA |
| 1.477 | SP | GUAPIAÇU |
| 1.478 | SP | GUAPIARA |
| 1.479 | SP | GUARÁ |
| 1.480 | SP | GUARACI |
| 1.481 | SP | GUARARAPES |
| 1.482 | SP | GUARATINGUETÁ |
| 1.483 | SP | GUARUJÁ |
| 1.484 | SP | GUARULHOS |
| 1.485 | SP | HOLAMBRA |
| 1.486 | SP | HORTOLÂNDIA |
| 1.487 | SP | IACANGA |
| 1.488 | SP | IARAS |
| 1.489 | SP | IBIRÁ |
| 1.490 | SP | IBITINGA |
| 1.491 | SP | IEPÉ |
| 1.492 | SP | IGARAÇU DO TIETÊ |
| 1.493 | SP | IGARAPAVA |
| 1.494 | SP | IGARATÁ |
| 1.495 | SP | ILHA SOLTEIRA |
| 1.496 | SP | INDAIATUBA |
| 1.497 | SP | IPAUSSU |
| 1.498 | SP | IPERÓ |
| 1.499 | SP | IPEÚNA |
| 1.500 | SP | IPUÃ |
| 1.501 | SP | IRAPURU |
| 1.502 | SP | ITABERÁ |
| 1.503 | SP | ITAJU |
| 1.504 | SP | ITAPETININGA |



ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 1.505 | SP | ITAPEVA |
| 1.506 | SP | ITAPIRAPUÃ PAULISTA |
| 1.507 | SP | ITÁPOLIS |
| 1.508 | SP | ITAPUÍ |
| 1.509 | SP | ITARARÉ |
| 1.510 | SP | ITATINGA |
| 1.511 | SP | ITU |
| 1.512 | SP | ITUPEVA |
| 1.513 | SP | ITUVERAVA |
| 1.514 | SP | JABORANDI |
| 1.515 | SP | JABOTICABAL |
| 1.516 | SP | JACAREÍ |
| 1.517 | SP | JAGUARIÚNA |
| 1.518 | SP | JAMBEIRO |
| 1.519 | SP | JANDIRA |
| 1.520 | SP | JARDINÓPOLIS |
| 1.521 | SP | JAÚ |
| 1.522 | SP | JOÃO RAMALHO |
| 1.523 | SP | JUNDIAÍ |
| 1.524 | SP | JUNQUEIRÓPOLIS |
| 1.525 | SP | LAGOINHA |
| 1.526 | SP | LAVRINHAS |
| 1.527 | SP | LENÇÓIS PAULISTA |
| 1.528 | SP | LIMEIRA |
| 1.529 | SP | LINDÓIA |
| 1.530 | SP | LINS |
| 1.531 | SP | LORENA |
| 1.532 | SP | LOUVEIRA |
| 1.533 | SP | LUCIANÓPOLIS |
| 1.534 | SP | LUÍS ANTÔNIO |
| 1.535 | SP | MACATUBA |
| 1.536 | SP | MARAPOAMA |
| 1.537 | SP | MARÍLIA |
| 1.538 | SP | MATÃO |
| 1.539 | SP | MENDONÇA |
| 1.540 | SP | MERIDIANO |
| 1.541 | SP | MIGUELÓPOLIS |
| 1.542 | SP | MINEIROS DO TIETÊ |
| 1.543 | SP | MIRA ESTRELA |
| 1.544 | SP | MIRASSOL |
| 1.545 | SP | MOCOCA |
| 1.546 | SP | MOGI GUAÇU |
| 1.547 | SP | MOGI MIRIM |
| 1.548 | SP | MONGAGUÁ |
| 1.549 | SP | MONTE ALTO |
| 1.550 | SP | MONTE CASTELO |
| 1.551 | SP | MONTEIRO LOBATO |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 1.552 | SP | MORRO AGUDO |
| 1.553 | SP | MOTUCA |
| 1.554 | SP | NARANDIBA |
| 1.555 | SP | NATIVIDADE DA SERRA |
| 1.556 | SP | NOVA CAMPINA |
| 1.557 | SP | NOVA EUROPA |
| 1.558 | SP | NOVA GRANADA |
| 1.559 | SP | NOVA GUATAPORANGA |
| 1.560 | SP | NOVA ODESSA |
| 1.561 | SP | NOVO HORIZONTE |
| 1.562 | SP | NUPORANGA |
| 1.563 | SP | ÓLEO |
| 1.564 | SP | OLÍMPIA |
| 1.565 | SP | ORINDIÚVA |
| 1.566 | SP | ORLÂNDIA |
| 1.567 | SP | OSASCO |
| 1.568 | SP | OSCAR BRESSANE |
| 1.569 | SP | OURINHOS |
| 1.570 | SP | OURO VERDE |
| 1.571 | SP | PACAEMBU |
| 1.572 | SP | PALESTINA |
| 1.573 | SP | PALMITAL |
| 1.574 | SP | PANORAMA |
| 1.575 | SP | PARAIBUNA |
| 1.576 | SP | PARAÍSO |
| 1.577 | SP | PARANAPANEMA |
| 1.578 | SP | PARANAPUÃ |
| 1.579 | SP | PARDINHO |
| 1.580 | SP | PATROCÍNIO PAULISTA |
| 1.581 | SP | PAULÍNIA |
| 1.582 | SP | PAULISTÂNIA |
| 1.583 | SP | PEDERNEIRAS |
| 1.584 | SP | PEDREGULHO |
| 1.585 | SP | PEDREIRA |
| 1.586 | SP | PEREIRAS |
| 1.587 | SP | PERUÍBE |
| 1.588 | SP | PINDAMONHANGABA |
| 1.589 | SP | PIQUEROBI |
| 1.590 | SP | PIQUETE |
| 1.591 | SP | PIRACAIÁ |
| 1.592 | SP | PIRACICABA |
| 1.593 | SP | PIRAPOZINHO |
| 1.594 | SP | PIRASSUNUNGA |
| 1.595 | SP | PIRATININGA |
| 1.596 | SP | PITANGUEIRAS |
| 1.597 | SP | PLANALTO |
| 1.598 | SP | PLATINA |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

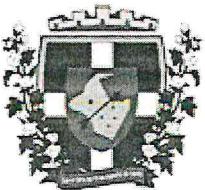
| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|----------------------------|
| 1.599 | SP | PONTAL |
| 1.600 | SP | PONTES GESTAL |
| 1.601 | SP | POTIM |
| 1.602 | SP | PRADÓPOLIS |
| 1.603 | SP | PRAIA GRANDE |
| 1.604 | SP | PRESIDENTE ALVES |
| 1.605 | SP | PRESIDENTE EPITÁCIO |
| 1.606 | SP | PRESIDENTE PRUDENTE |
| 1.607 | SP | PRESIDENTE VENCESLAU |
| 1.608 | SP | PROMISSÃO |
| 1.609 | SP | QUATÁ |
| 1.610 | SP | QUEIROZ |
| 1.611 | SP | QUELUZ |
| 1.612 | SP | REDENÇÃO DA SERRA |
| 1.613 | SP | REGENTE FEIJÓ |
| 1.614 | SP | REGINÓPOLIS |
| 1.615 | SP | RESTINGA |
| 1.616 | SP | RIBEIRÃO BONITO |
| 1.617 | SP | RIBEIRÃO BRANCO |
| 1.618 | SP | RIBEIRÃO CORRENTE |
| 1.619 | SP | RIBEIRÃO DO SUL |
| 1.620 | SP | RIBEIRÃO GRANDE |
| 1.621 | SP | RIBEIRÃO PRETO |
| 1.622 | SP | RIFAINA |
| 1.623 | SP | RINÓPOLIS |
| 1.624 | SP | RIO CLARO |
| 1.625 | SP | RIO DAS PEDRAS |
| 1.626 | SP | ROSANA |
| 1.627 | SP | ROSEIRA |
| 1.628 | SP | SABINO |
| 1.629 | SP | SALES OLIVEIRA |
| 1.630 | SP | SALTO |
| 1.631 | SP | SANTA ALBERTINA |
| 1.632 | SP | SANTA BÁRBARA D'OESTE |
| 1.633 | SP | SANTA CRUZ DO RIO PARDO |
| 1.634 | SP | SANTA ERNESTINA |
| 1.635 | SP | SANTA FÉ DO SUL |
| 1.636 | SP | SANTA LÚCIA |
| 1.637 | SP | SANTA MARIA DA SERRA |
| 1.638 | SP | SANTA MERCEDES |
| 1.639 | SP | SANTA RITA DO PASSA QUATRO |
| 1.640 | SP | SANTO ANASTÁCIO |
| 1.641 | SP | SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA |
| 1.642 | SP | SANTO ANTÔNIO DE POSSE |
| 1.643 | SP | SANTO ANTÔNIO DO PINHAL |
| 1.644 | SP | SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ |
| 1.645 | SP | SANTOS |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 1.646 | SP | SÃO BENTO DO SAPUCAÍ |
| 1.647 | SP | SÃO BERNARDO DO CAMPO |
| 1.648 | SP | SÃO CAETANO DO SUL |
| 1.649 | SP | SÃO CARLOS |
| 1.650 | SP | SÃO JOÃO DA BOA VISTA |
| 1.651 | SP | SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO |
| 1.652 | SP | SÃO JOAQUIM DA BARRA |
| 1.653 | SP | SÃO JOSÉ DO BARREIRO |
| 1.654 | SP | SÃO JOSÉ DO RIO PARDO |
| 1.655 | SP | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO |
| 1.656 | SP | SÃO JOSÉ DOS CAMPOS |
| 1.657 | SP | SÃO LUÍS DO PARAITINGA |
| 1.658 | SP | SÃO MANUEL |
| 1.659 | SP | SÃO PAULO |
| 1.660 | SP | SÃO PEDRO |
| 1.661 | SP | SÃO PEDRO DO TURVO |
| 1.662 | SP | SÃO ROQUE |
| 1.663 | SP | SÃO SIMÃO |
| 1.664 | SP | SARAPUÍ |
| 1.665 | SP | SERRA AZUL |
| 1.666 | SP | SERRA NEGRA |
| 1.667 | SP | SERTÃOZINHO |
| 1.668 | SP | SILVEIRAS |
| 1.669 | SP | SOCORRO |
| 1.670 | SP | SOROCABA |
| 1.671 | SP | SUMARÉ |
| 1.672 | SP | TAMBAÚ |
| 1.673 | SP | TAPIRATIBA |
| 1.674 | SP | TAQUARAL |
| 1.675 | SP | TAQUARITUBA |
| 1.676 | SP | TAQUARIVAI |
| 1.677 | SP | TARABAI |
| 1.678 | SP | TATUÍ |
| 1.679 | SP | TAUBATÉ |
| 1.680 | SP | TIMBURI |
| 1.681 | SP | TORRINHA |
| 1.682 | SP | TRABIJU |
| 1.683 | SP | TREMEMBÉ |
| 1.684 | SP | TUPÃ |
| 1.685 | SP | TUPI PAULISTA |
| 1.686 | SP | TURIÚBA |
| 1.687 | SP | UBATUBA |
| 1.688 | SP | UBIRAJARA |
| 1.689 | SP | UCHOA |
| 1.690 | SP | URÂNIA |
| 1.691 | SP | VARGEM |
| 1.692 | SP | VARGEM GRANDE DO SUL |

ANEXO I
CIDADES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE
ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO - 05/03/2021

| Nº | UF | NOME DO MUNICÍPIO |
|-----------|-----------|--------------------------|
| 1.693 | SP | VERA CRUZ |
| 1.694 | SP | VINHEDO |
| 1.695 | SP | VOTORANTIM |
| 1.696 | SP | VOTUPORANGA |
| 1.697 | SP | ZACARIAS |
| 1.698 | TO | ARAGUAÍNA |
| 1.699 | TO | LIZARDA |
| 1.700 | TO | NOVA OLINDA |
| 1.701 | TO | PALMAS |
| 1.702 | TO | PARANÃ |
| 1.703 | TO | TOCANTÍNIA |



Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres
Trabalho que faz a diferença
Gabinete do Prefeito

LEI N° 1.412/2021

De 18 de Março de 2021

EMENTA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CACS/ FUNDEB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MILAGRES, ESTADO DO CEARÁ, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI.

Capítulo I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB, no âmbito do Município de Milagres.

Capítulo II
Da Composição

Art. 2º. O Conselho a que se refere o art. 1º é constituído por 13 (treze) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminadas:

I - 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação;

II - 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

III - 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

IV - 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

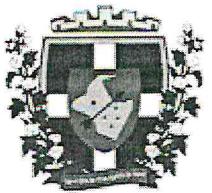
V - 2 (dois) representantes dos responsáveis de alunos da educação básica pública;

VI - 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

VII - 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação (CME);

VIII - 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicado por seus pares;

IX - 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;



Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres
Trabalho que faz a diferença
Gabinete do Prefeito

§ 1º Os membros titulares que serão indicados pelo conjunto dos estabelecimentos, farão o processo eletivo organizado para escolha do Presidente.

§ 2º A indicação referida no *caput* deste artigo, para os mandatos posteriores ao primeiro, deverá ocorrer em até vinte dias antes do término do mandato vigente, para a nomeação dos conselheiros que atuarão no mandato seguinte.

§ 3º Os conselheiros de que trata o *caput* deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no § 1º.

§ 4º São impedidos de integrar o Conselho do FUNDEB:

I - cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais;

II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III - estudantes que não sejam emancipados; e

IV - pais de alunos que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou

b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

§ 5º Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho com direito a voz.

§ 6º O presidente do conselho será eleito por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar a função o representante do governo gestor dos recursos do Fundo no âmbito do Município de Milagres.

§ 7º As organizações da sociedade civil a que se refere este artigo:

a) são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

b) desenvolvem atividades direcionadas à localidade do respectivo conselho;

c) devem atestar o seu funcionamento há pelo menos 1 (um) ano contado da data de publicação do edital;

d) desenvolvem atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

e) não figuram como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

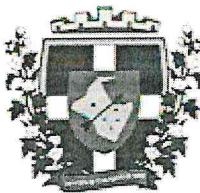
Art. 3º. O suplente substituirá o titular do Conselho do FUNDEB nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste, e assumirá sua vaga temporariamente (até que seja nomeado outro titular) nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:

I – desligamento por motivos particulares;

II – rompimento do vínculo de que trata o § 3º, do art. 2º; e

III – situação de impedimento previsto no § 4º, do art. 2º incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.

§ 1º Na hipótese em que o conselheiro titular e/ou suplente incorrerem na situação de afastamento



Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres
Trabalho que faz a diferença
Gabinete do Prefeito

definitivo descrito no art. 3º, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novos representantes para o Conselho do FUNDEB.

Art. 4º. O mandato dos membros do Conselho será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato.

§ 1º O primeiro mandato dos membros do Conselho terá validade até a data de 31/12/2022, sendo um mandato para regularização da nova lei.

§2º A partir do dia 01/01/2023, o mandato será de 4 (quatro) anos, sendo vedada a reeleição.

Capítulo III
Das Competências do Conselho do FUNDEB

Art. 5º. Compete ao Conselho do FUNDEB:

I – acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;

II – supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;

III – examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

IV – emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal; e

V – aos conselhos incumbe, também, acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

VI - outras atribuições que a legislação específica eventualmente estabeleça;

Parágrafo Único. O parecer de que trata o inciso IV deste artigo deverá ser apresentado ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Capítulo IV
Das Disposições Finais

Art. 6º. O Conselho do FUNDEB terá um Presidente e um Vice-Presidente, ambos eleitos por seus pares.

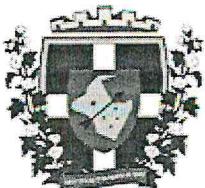
Parágrafo único. Estão impedidos de ocupar a Presidência e a Vice-presidência os conselheiros designados nos termos do art. 2º, alínea a, desta lei.

Art. 7º. Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho do FUNDEB incorrer na situação de afastamento definitivo previsto no art. 3º, a Presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.

Art. 8º. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a instalação do Conselho do FUNDEB, deverá ser aprovado o Regimento Interno que viabilize seu funcionamento.

Art. 9º. As reuniões ordinárias do Conselho do FUNDEB serão realizadas trimestralmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros efetivos.





Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres
Trabalho que faz a diferença
Gabinete do Prefeito

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 10. O Conselho do FUNDEB atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.

Art. 11. A atuação dos membros do Conselho do FUNDEB:

I - não será remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e

IV - vedo, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

V - vedo, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do Conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

Art. 12. O Conselho do FUNDEB não contará com estrutura administrativa própria, devendo o Município de Milagres garantir infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Milagres deverá ceder ao Conselho do FUNDEB um servidor do quadro efetivo municipal para atuar como Secretário Executivo do Conselho.

Art. 13. O Conselho do FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

II - por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário Municipal de Educação, ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

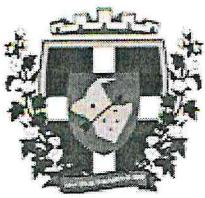
III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, os quais serão imediatamente concedidos, devendo a resposta ocorrer em prazo não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;

c) documentos referentes a convênios do Poder Executivo com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos que são contempladas com recursos do FUNDEB;





Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres
Trabalho que faz a diferença
Gabinete do Prefeito

d) outros documentos necessários ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas e inspetorias *in loco* para verificar:

- a) o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;
- b) a adequação do serviço de transporte escolar;
- c) a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo.

Art. 14. O Município de Milagres disponibilizará no site oficial informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento dos respectivos conselhos de que trata esta Lei, incluídos:

I - nomes dos conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II - correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o conselho;

III - atas de reuniões;

IV - relatórios e pareceres;

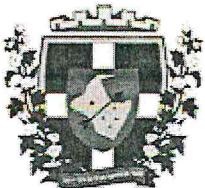
V - outros documentos produzidos pelo conselho.

Art. 15. Durante o prazo previsto no § 2º do art. 2º, os representantes dos segmentos indicados para o mandato subsequente do Conselho deverão se reunir com os membros do Conselho do FUNDEB, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do Conselho.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 1.064, de 2 de abril de 2007.

PALÁCIO MUNICIPAL CICERO LEITE DANTAS, EM MILAGRES, ESTADO DO CEARÁ, AOS 18 DE MARÇO DE 2021.

CICERO ALVES DE FIGUEIREDO
Prefeito Municipal



Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres
Trabalho que faz a diferença
Gabinete do Prefeito

LEI COMPLEMENTAR N° 001/2021

De 18 de Março de 2021

EMENTA: DISPÕE SOBRE O INCENTIVO VARIÁVEL POR DESEMPENHO DE METAS DO COMPONENTE - PAGAMENTO POR DESEMPENHO DO PROGRAMA PREVINE BRASIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MILAGRES, ESTADO DO CEARÁ, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Fica instituído o Incentivo Variável por Desempenho e Qualidade dos Serviços de Saúde, com base na Portaria nº 2.979 de 12 de novembro de 2019 do Ministério da Saúde, que estabelece o novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e Portaria nº 214, de 3 de fevereiro de 2021, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os Municípios que farão jus, no primeiro quadrimestre do ano de 2021, ao incentivo financeiro de fator de correção no âmbito do Programa Previne Brasil, de que trata a Portaria GM/MS nº 166, de 27 de janeiro de 2021;

Art. 2º. O Incentivo Variável por Desempenho e Qualidade dos Serviços de Saúde possui os seguintes objetivos:

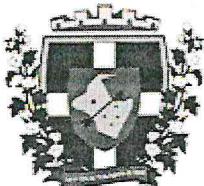
I - estimular a participação dos profissionais da Secretaria da Saúde no processo contínuo e progressivo de melhoramento dos padrões e indicadores de acesso e de qualidade que envolva a gestão, o processo de trabalho e os resultados alcançados pelos servidores;

II - institucionalizar a avaliação e o monitoramento de indicadores contidos na portaria nº 3.222, de 10 de dezembro de 2019 nos serviços para subsidiar a definição de prioridades e programação de ações para melhoria da qualidade dos serviços de saúde;

III - incentivar financeiramente o bom desempenho de profissionais e equipes, estimulando-os na busca de melhores resultados para a qualidade de vida da população;

IV - garantir transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas a atenção à saúde, permitindo-se o contínuo acompanhamento de suas ações e resultados pela sociedade.

Art. 3º. Dos valores recebidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Milagres-CE, transferidos fundo a fundo, referentes ao pagamento por desempenho (conforme os Artigos 12-C, 12-D, 12-E e 12-F da Portaria Nº 2.979 de 12 de Novembro de 2019) e incentivo financeiro de fator de correção no âmbito do Programa Previne Brasil, conforme Portaria nº 214, de 3 de fevereiro de 2021, serão repassados aos Profissionais das equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF), aos Profissionais das Equipes de Saúde Bucal (ESB/CEO), Profissionais da Equipe Multiprofissional, bem como aos (as) Coordenadores de Atenção à saúde/atenção básica, motoristas, atendentes e auxiliares de serviços gerais, os quais sejam estes, servidores que apoiam as atividades de suporte à manutenção e/ou monitoramento das ações da Atenção Primária, todos de acordo com o rateio por categoria, cargo ou função, conforme valores estabelecidos nos Anexos I e II, da presente Lei, obedecendo ainda o cumprimento do alcance de metas estabelecido na portaria nº 3.222, de 10 de dezembro de 2019 que serão avaliados quadrimensralmente e terão seus resultados divulgados no e-Gestor AB, dentro do Sistema de informação da Atenção Básica – SISAB.



Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres

Trabalho que faz a diferença

Gabinete do Prefeito

§1º O Coordenador da Atenção à Saúde/Atenção Básica e os gerentes de Unidade Básica de Saúde serão os responsáveis pela execução e monitoramento desse incentivo, emitindo relatório dos profissionais que farão jus ao recebimento do valor de acordo com o estabelecido nos Anexos I e II desta Lei.

§2º Os valores percebidos a título de incentivo, nos termos deste artigo, não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores e não serão incorporados aos vencimentos ou salários para quaisquer efeitos.

§3º O recurso não repassado como incentivo às equipes e profissionais mencionados, oriundos do não cumprimento das metas/indicadores estabelecidos, será utilizado para custeio e manutenção dos serviços integrantes da Atenção Básica.

§4º Os valores de que tratam o caput deste artigo serão repassados exclusivamente aos profissionais elencados acima, sendo vedado qualquer repasse de valores a servidores que estejam, ainda que transitoriamente, exercendo funções ou cargos diferentes dos definidos nesta Lei.

Art. 4º. O pagamento do incentivo será regido pelo sistema de avaliação prévia, quadrimestral, com supervisão da Comissão de Avaliação formada pelo Coordenador da Atenção à Saúde/Atenção Básica e os gerentes de Unidade Básica de Saúde, bem como por qualquer outro servidor devidamente designado, via Portaria Institucional, pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 5º. O incentivo de que trata esta Lei será pago pelo efetivo desempenho das atribuições dos profissionais no período de avaliação, perdendo esse direito nos casos de afastamentos decorrentes de:

I - Férias e licenças com períodos superiores a 20 (vinte) dias;

II - Qualquer tipo de Suspensão ou Condenação decorrente de Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Parágrafo único. O servidor poderá apresentar no período de 12 (doze) meses no máximo 1 (um) atestado de até 15 (quinze) dias sem que haja prejuízo do valor do incentivo referente ao período do afastamento.

Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias específicas constantes na legislação orçamentária especialmente vinculada ao recurso Pagamento por Desempenho repassado através do Ministério da Saúde.

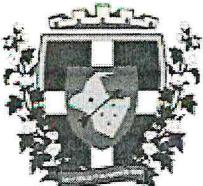
Art. 7º. Caso o repasse desses recursos seja interrompido pelo Fundo Nacional de Saúde, automaticamente, a Secretaria Municipal de Saúde deixará de dar continuidade ao pagamento do incentivo.

Art. 8º. Esta Lei é composta dos Anexos I e II, que apresenta os valores a ser pago para cada servidor sobre o valor que cada ESF fizer jus após avaliação dos indicadores.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, notadamente a Lei Municipal 1.253, de 04 de julho de 2016, que institui o incentivo variável por desempenho de metas do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2021, no que couber.

PALÁCIO MUNICIPAL CICERO LEITE DANTAS, EM MILAGRES, ESTADO DO CEARÁ, AOS 18 DE MARÇO DE 2021.

CICERO ALVES DE FIGUEIREDO
Prefeito Municipal



Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres
Trabalho que faz a diferença
Gabinete do Prefeito

ANEXO I

CONFORME PORTARIA Nº 2.713, DE 6 DE OUTUBRO DE 2020, que dispõe sobre o método de cálculo e estabelece o valor do incentivo financeiro federal de custeio do pagamento por desempenho, no âmbito do Programa Previne Brasil.

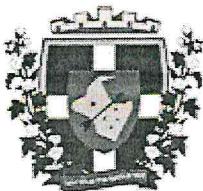
O valor por tipo de equipe do incentivo financeiro federal de custeio mensal do pagamento por desempenho, referente a 100% do Indicador Sintético Final, será o equivalente a:

I - R\$ 3.225,00 (três mil duzentos e vinte e cinco reais) para equipe de Saúde da Família - ESF;

II - R\$ 2.418,75 (dois mil quatrocentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos) para equipe de Atenção Primária Modalidade II 30h; e

III - R\$ 1.612,50 (um mil seiscentos e doze reais e cinquenta centavos) para equipe de Atenção Primária Modalidade I 20h

| CATEGORIA, CARGO OU FUNÇÃO | VALOR EM REAIS |
|---|---------------------|
| ENFERMEIRO (A) ESF | R\$ 483,75 |
| DENTISTA ESF/CEO | R\$ 483,75 |
| MÉDICO ESF | R\$ 483,75 |
| COORDENADOR (A)/ ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE - por cada ESF cadastrada | R\$ 32,25 |
| TÉCNICO DE ENFERMAGEM PSF | R\$ 258,00 |
| TÉCNICO AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL PSF / CEO | R\$ 258,00 |
| MOTORISTA | R\$ 161,25 |
| ATENDENTE | R\$ 161,25 |
| AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | R\$ 161,25 |
| TOTAL: | R\$ 2.483,25 |



Estado do Ceará
Governo Municipal de Milagres
Trabalho que faz a diferença
Gabinete do Prefeito

ANEXO II

CONFORME PORTARIA GM/MS Nº 214, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2021, que dispõe sobre os Municípios que farão jus, no primeiro quadrimestre do ano de 2021, ao incentivo financeiro de fator de correção no âmbito do Programa Previne Brasil, de que trata a Portaria GM/MS nº 166, de 27 de janeiro de 2021, os valores serão repassados da seguinte forma:

| CATEGORIA, CARGO OU FUNÇÃO | VALOR EM REAIS |
|---|---------------------|
| ENFERMEIRO (A) ESF | R\$ 220,64 |
| DENTISTA ESF/CEO | R\$ 220,64 |
| MÉDICO ESF | R\$ 220,64 |
| COORDENADOR (A)/ ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE - por cada ESF cadastrada | R\$ 14,70 |
| TÉCNICO DE ENFERMAGEM PSF | R\$ 117,67 |
| TÉCNICO AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL PSF / CEO | R\$ 117,67 |
| MOTORISTA | R\$ 73,54 |
| ATENDENTE | R\$ 73,54 |
| AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | R\$ 73,54 |
| TOTAL: | R\$ 1.132,58 |

IMPRESSO OFICIAL DO MUNICÍPIO
MILAGRES - CEARÁ
18 DE MARÇO DE 2021 - ANO X - CDXIII



ANUNCIE AQUI

Publique! Transpareça!

Rua Helena Mendoça De Figueiredo - 200
Fone: (88) 3553-1255
asscom.milagres@gmail.com

Acesse:

www.milagres.ce.gov.br